

**FACULDADE ALVES FARIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**Divino Saba**

**PARQUES URBANOS EM GOIÂNIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**PARA O MEIO AMBIENTE**

GOIÂNIA/GO  
2012

**FACULDADE ALVES FARIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**Divino Saba**

**PARQUES URBANOS EM GOIÂNIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA O MEIO AMBIENTE**

Dissertação apresentada à Faculdade de Alves Faria, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Negret Fernandez

GOIÂNIA/GO  
2012

**FACULDADE ALVES FARIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**Divino Saba**

**PARQUES URBANOS EM GOIÂNIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**PARA O MEIO AMBIENTE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Negret Fernandez (Orientador)  
Faculdades Alves Faria

---

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander  
Faculdades Alves Faria

---

Prof. Dr. Antônio Pasqueletto  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Dedicatória

*À Valquíria – esposa*

*À Bruna e Priscila - filhas*

*Presença marcante*

*Diferentes e iguais*

*Sensibilidade e razão*

*Realidade e sonhos*

*Desafios e esperança*

*Especiais e únicas na magia da vida.*

*Ao Adriano filho e cúmplice.*

## AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa e elaboração da dissertação seria impossível sem a participação, colaboração e apoio de muitos que direta ou indiretamente foram presença nesta caminhada.

Citar todos é impossível, assim no registro de alguns coloco a presença de todos com suas contribuições múltiplas e valiosas.

Agradeço a Deus por permitir a realização deste desafio na busca do conhecimento, na construção do saber, no compromisso de docente e no compartilhar em sala de aula.

Agradeço à Coordenação da Pós-Graduação e aos Professores do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faculdade Alves Faria que contribuíram para a construção de um pensamento novo, da reflexão e da dúvida.

De forma especial agradeço ao professor Dr. Fernando Negret Fernandez meu orientador pela experiência, sabedoria e comprometimento que se traduziram na valiosa contribuição e orientação rigorosa em todos os momentos deste trabalho.

Aos colegas de mestrado pelas horas de convivência as quais compartilhamos conhecimento, experiências, angústias e descontração.

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo demonstrar a contribuição sócio-ambiental dos parques urbanos em Goiânia. Foram estudadas fontes bibliográficas sobre os conceitos teóricos destas áreas, consultados relatórios e documentos oficiais de conferências e organizações internacionais que orientam os governos nacionais, bem como estudadas as normas e leis que regem as políticas sobre os parques públicos no Brasil e no município de Goiânia. Especificamente e com relação aos parques da cidade foram estudados a infraestrutura e os equipamentos instalados em três unidades localizadas em bairros de níveis sociais diferentes e entrevistados seus usuários com o objetivo de conhecer o perfil dos visitantes dos parques urbanos, a sua condição socioeconômica, a percepção do parque e as atividades realizadas em cada unidade. Estas análises permitiram entender que existem significativas diferenças nas instalações, na intensidade de uso, no tipo de usuários e, sobretudo, nas reivindicações e perspectivas dos entrevistados, particularmente no parque localizado na periferia de Goiânia, no qual existem deficiências e dificuldades para o seu uso cotidiano.

**Palavra Chave:** Conferência Mundial, Desenvolvimento Sustentável, Política Nacional do Meio Ambiente, Áreas Verdes, Parques urbanos.

## **ABSTRACT**

This study aims to expose the social and environmental contribution about urban parks located in the city of Goiania, Brazil. Literature, articles, official documents of International Organizations and World Conferences were researched and studied, glimpsing theoretical concepts of “green areas”, which guides brazilian rules and laws conducted by government politics for public parks in Brazil, specifically at Goiania city. The focus of this job was to approach the relationship of citizens with the infrastructure and urban equipment settled in three parks, taken as study object, considering the neighborhoods of different social and intelectual level, seeing through their profile and the individual perception about utility and activities that parks can offer them. The obtained data with the inquiries allows measuring the sensitive difference between the facilities and intensity of parks using, the sort of users, and above all, the main necessity and wishes from the interviewed people, specially at the parks sited far from Goiânia’s downtown, and at suburbs, places that notably are ignored, presenting difficulties and deficiencies that decreases their daily goals.

**Keyword:** World Conference, Citizens, National Environmental Politics, Green Areas, Urban Parks.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Parque Flamboyant – Jardim Goiás	20
Figura 2:	Bosque dos Buritis – S. Oeste/Centro	20
Figura 3:	Parque Taquaral – Residencial Goiânia Viva	20
Figura 4:	Regiões que compõem a cidade de Goiânia com número de parques urbanos, bosques e unidades de conservação	33
Figura 5:	Regionalização do município de Goiânia	45
Figura 6:	Área do Parque Flamboyant e entorno	47
Figura 7:	Solo do Parque Flamboyant	48
Figura 8:	Lago 2	49
Figura 9:	Dormideira	49
Figura 10:	Tilápia	50
Figura 11:	Sapo cururu	50
Figura 12:	Gambá	51
Figura 13:	Saí Azul	51
Figura 14:	Área arborizada do Parque Flamboyant	52
Figura 15:	Equipamentos recreativos presentes no parque Flamboyant	53
Figura 16:	Zoneamento ambiental do Parque Flamboyant	54
Figura 17:	Área de uso intenso	55
Figura 18:	Zona de uso restrito Parque Flamboyant	56
Figura 19:	História do Bosque dos Buritis – origens	58
Figura 20:	Localização do lago 1 e lago 2 no Bosque dos Buritis	60
Figura 21:	Pica-pau e Pardal	61
Figura 22:	Museu de Arte de Goiânia (MAG)	63
Figura 23:	Monumento da Paz	63
Figura 24:	Placa indicativa do Bosque dos Buritis	64
Figura 25:	Placa indicativa do Bosque dos Buritis	64
Figura 26:	Fonte luminosa	65
Figura 27:	Mapa de zoneamento ambiental do Bosque dos Buritis	65
Figura 28:	Zona de uso intensivo	66
Figura 29:	Zona de recuperação	67
Figura 30:	Zona de preservação ambiental	68
Figura 31:	Imagem aérea Parque Taquaral - 1991	70



Figura 32: Localização de ambulantes do Parque Taquaral	71
Figura 33: Vista do solo do Parque Taquaral	72
Figura 34: Córrego Taquaral	73
Figura 35: Beija-flor-de-veste-preto	74
Figura 36: Arborização do Parque Taquaral	75
Figura 37: Ponte interligando as duas áreas	75
Figura 38: Mapa de zoneamento do Parque Taquaral	76
Figura 39: Zona de uso restrito Parque Taquaral	77
Figura 40: Zona de recuperação Parque Taquaral	77
Figura 41: Zona de uso intensivo Parque Taquaral	78
Figura 42: Zona de proteção integral Parque Taquaral	79

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Os Parques urbanos contribuem para a preservação ambiental e para a qualidade de vida?	85
Gráfico 2: O que é qualidade de vida para os entrevistados?	86
Gráfico 3: Sexo dos entrevistados – Parque Flamboyant	88
Gráfico 4: Sexo dos entrevistados – Bosque dos Buritis	89
Gráfico 5: Sexo dos entrevistados – Parque Taquaral	90
Gráfico 6: Idade dos entrevistados - Parque Flamboyant	91
Gráfico 7: Idade dos entrevistados - Bosque dos Buritis	92
Gráfico 8: Idade dos entrevistados - Parque Taquaral	92
Gráfico 9: Renda mensal dos entrevistados Parque Flamboyant	93
Gráfico 10: Renda mensal dos entrevistados Bosque dos Buritis	94
Gráfico 11: Renda mensal dos entrevistados Parque Taquaral	94
Gráfico 12: Frequência dos entrevistados ao Parque Flamboyant	95
Gráfico 13: Frequência dos entrevistados ao parque - Bosque dos Buritis	96
Gráfico 14: Frequência dos entrevistados ao parque - Parque Taquaral	97
Gráfico 15: Utilização do Parque Flamboyant por atividades	97
Gráfico 16: Utilização do Bosque dos Buritis por atividades	98
Gráfico 17: Utilização do Parque Taquaral por atividades	98
Gráfico 18: Avaliação do Parque Flamboyant pelos entrevistados – aspectos positivos	99
Gráfico 19: Avaliação do Bosque dos Buritis pelos entrevistados – aspectos positivos	100
Gráfico 20: Avaliação do Parque Taquaral pelos entrevistados – aspectos positivos	100
Gráfico 21: Avaliação do Parque Flamboyant pelos entrevistados – o que precisa ser melhorado	101
Gráfico 22: Avaliação do Bosque dos Buritis pelos entrevistados – o que	102

precisa ser melhorado

Gráfico 23: Avaliação do Parque Taquaral pelos entrevistados – o que precisa ser melhorado	103
Gráfico 24: O que deve possuir um parque urbano para se torna ideal para a população – elementos naturais – Parque Flamboyant	104
Gráfico 25: O que deve possuir um parque urbano para se torna ideal para a população – Elementos naturais – Bosque dos Buritis	105
Gráfico 26: O que deve possuir um parque urbano para se torna ideal para a população – elementos naturais – Parque Taquaral	105
Gráfico 27: - O que deve possuir um parque urbano para se torna ideal para a população – infraestrutura física – Parque Flamboyant	106
Gráfico 28: O que deve possuir um parque urbano para se torna ideal para a população – infraestrutura física – Bosque dos Buritis	107
Gráfico 29: - O que deve possuir um parque urbano para se torna ideal para a população – infraestrutura física – Parque Taquaral	107

## **LISTA DE SIGLAS**

AMMA - Agência Municipal do Meio Ambiente

CLA - Centro Livre de Arte

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNNAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COMMAN - Conselho Municipal do Meio Ambiente de Goiânia

IBAMA - Brasil o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ONU - Organização das Nações Unidas

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SUSHEVEA - Superintendência de Desenvolvimento da Borracha

SUDEOE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

SEDEM – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPITULO I POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Problemáticas ambientais, iniciativas e Conferências Mundiais .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 Políticas e programas governamentais no Brasil para o meio ambiente.....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 Políticas públicas para o meio ambiente no âmbito do município de Goiânia .....</b>	<b>29</b>
<b>CAPITULO II PARQUES URBANOS E PAISAGENS – CONCEITOS E ELEMENTOS .....</b>	<b>37</b>
<b>2.1 Os Parques urbanos e sua função sócio-ambiental .....</b>	<b>38</b>
2.1.1 Elementos constitutivos de um parque urbano.....	43
<b>2.2 Parques urbanos de Goiânia – contextualização e elementos constitutivos dos Parques Flamboyant, Bosque dos Buritis e Taquaral.....</b>	<b>45</b>
2.2.1 Parque Flamboyant .....	45
2.2.2 Estrutura urbana no entorno do parque.....	46
2.2.2.1 Solo .....	47
2.2.2.2 Paisagem natural .....	48
2.2.2.3 Fauna .....	49
2.2.2.4 Flora.....	52
2.2.2.5 Infraestrutura e equipamentos.....	52
2.2.2.6 Zoneamento.....	53
2.2.2.7 Capacidade de carga .....	56
2.2.2.8 Imagens sobre o Parque Flamboyant.....	56
2.2.3 Bosque dos Buritis .....	57
2.2.3.1 Estrutura urbana e usos do solo no entorno.....	58
2.2.3.2 Solo .....	58
2.2.3.3 Paisagem natural .....	59
2.2.3.4 Fauna .....	60
2.2.3.5 Flora .....	61
2.2.3.6 Infraestrutura e equipamentos.....	62
2.2.3.7 Zoneamento .....	65
2.2.3.8 Capacidade de carga .....	68
2.2.3.9. Imagem do bosque na cidade .....	68

2.2.4 Parque Taquaral.....	69
2.2.4.1. Estrutura urbana na faixa de entorno .....	70
2.2.4.2. Solo .....	71
2.2.4.3 Paisagem .....	72
2.2.4.4 Fauna .....	73
2.2.4.5 Flora .....	74
2.2.4.6 Infraestrutura e equipamentos.....	75
2.2.4.7 Zoneamento .....	76
2.2.3.8 Capacidade de carga .....	79
<b>CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>80</b>
<b>3.1 Amostra da pesquisa.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2 Coleta de dados.....</b>	<b>81</b>
<b>3.3 Apresentação e interpretação dos resultados.....</b>	<b>84</b>
<b>CAPITULO IV PESQUISA REALIZADA COM OS USUÁRIOS DOS TRÊS PARQUES.....</b>	<b>85</b>
<b>4.1 Aspectos sócio-econômicos dos visitantes dos Parques Flamboyant, Bosque dos Buritis e Taquaral .....</b>	<b>88</b>
4.1.1 Sexos dos pessoas entrevistadas.....	88
4.1.2 Idade das pessoas entrevistadas .....	90
4.1.3 Renda mensal dos entrevistados .....	93
<b>4.2 Relação dos visitantes com os parques .....</b>	<b>95</b>
4.2.1 Frequencia dos entrevistados aos parques.....	95
4.2.2 Utilização do parque por atividade .....	97
<b>4.3 Avaliação do parques urbanos Flamboyant, Buritis e Taquaral pelos entrevistados – grau de satisfação .....</b>	<b>99</b>
<b>4.4 Proposta de um parque urbano ideal segundo o olhar dos visitantes.....</b>	<b>103</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>110</b>
<b>7. APRÊNDICES.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa estudar o papel sócio-ambiental dos parques em Goiânia, elaborando inicialmente uma contextualização conceitual e teórica contida em documentos de referência internacional e nas normas institucionais brasileiras. Posteriormente, se analisaram com relação à infraestrutura e aos equipamentos instalados, três parques da capital goiana localizados em setores urbanos de classes sociais diferentes. Finalmente, realizou-se uma pesquisa de opinião com os usuários sobre o papel sócio-ambiental dos parques, as características sócio-econômicas dos usuários e as atividades que eles usualmente realizam nestas unidades urbanas em esporte ou lazer.

A escolha da cidade de Goiânia tornou-se relevante, uma vez que desde o projeto original para sua fundação houve uma preocupação explícita e deliberada de construir grandes espaços verdes e parques urbanos conservando áreas de valor ecológico e paisagístico. Os governos locais têm mantido essa tradição transformando Goiânia em uma cidade que dispõe do maior número de metros quadrados de área verde por habitante do Brasil, e um índice 8 vezes superior ao recomendado pela Organização das Nações Unidas, que é de 12m<sup>2</sup>/habitante.

É importante salientar que os parques urbanos por melhor que sejam não são capazes, por si só, de promover melhor qualidade de vida, mas constituem um passo decisivo nessa direção quando respaldados por ações governamentais que os reconhecem como parte da natureza e fator importante para a preservação ambiental, desenvolvendo políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e de valorização do meio ambiente.

Esta é a preocupação do Capítulo I: realizar uma análise da relevância, abrangência e aplicação das políticas públicas ambientais nacionais, voltadas para as ações locais. Nesse sentido, o referido capítulo, considera a autonomia, nos termos constitucionais, e buscou identificar os principais instrumentos, instituições e normas legais que influenciam a gestão ambiental na esfera municipal.

A abordagem das políticas públicas para o meio ambiente tem como referência as Conferências Mundiais do Meio Ambiente, enfocando a relação destas com as políticas públicas no Brasil e destaca-se o papel da Constituição Federal de

1988 na criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e a forma que este sistema desenvolve atribuições na forma federativa do Estado brasileiro.

Para compreensão das políticas públicas no município de Goiânia, desenvolve-se um estudo da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), uma autarquia municipal que possui autonomia financeira, administrativa e patrimonial, jurisdicionada à Secretaria de Governo, que é o órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, para coordenar e executar as políticas públicas ambientais.

O Capítulo II propõe perceber os parques urbanos na perspectiva sócio-ambiental, analisando os conceitos e seus elementos constitutivos, bem como identificando-os em três parques da cidade de Goiânia. Neste sentido, apresenta-se inicialmente as concepções teóricas de vários autores, assim como os elementos que integram um parque e, posteriormente, desenvolve análise da realidade urbana da cidade.

No contexto das políticas públicas ambientais, considera-se neste estudo, os parques urbanos como elementos que exercem função social e, assim, toma como referência as leituras de FEIBER (2004), KLIASS (1993), MACEDO E SAKA (apud OLIVEIRA 2007), CORONA (apud OLIVEIRA 2007), que elucidam o papel sócio-ambiental dos parques urbanos e particularmente a sua contribuição para o exercício e apropriação democrática do espaço público e para a qualidade de vida no âmbito urbano.

Com relação aos parques, como objeto específico desta dissertação, o Capítulo III aborda a metodologia adotada, que aponta os três parques que correspondem a três setores urbanos e sociais diferentes, com base nos quais se realiza uma pesquisa comparativa em termos do nível de dotação e conservação da infra-estrutura e dos equipamentos instalados em cada parque. Igualmente, se realiza uma pesquisa com os usuários dos três parques com o objetivo de conhecer qual é a sua opinião sobre o papel sócio-ambiental destas unidades urbanas, e as características sócio-econômicas dos usuários e as suas preferências de atividades realizadas nos parques.

A pesquisa de campo realizada nos três parques, cujos resultados são apresentados no Capítulo IV, permite observar que há ambivalências em relação aos parques urbanos e que essas se relacionam diretamente com a localidade onde estão



situados. O paradoxo entre os parques em setores nobres e setores periféricos aponta para uma direção da pesquisa que identifica percepções e reivindicações distintas com relação a estes espaços urbanos. No entanto, há aquiescência acerca do papel e valores positivos desses espaços, nos vários discursos, independente da localização dos parques.

Analisar comparativamente três Parques urbanos na cidade de Goiânia de setores sociais diferentes, visando perceber o papel socioambiental dos parques nas cidades e identificar, na visão da população, os elementos essenciais de um parque urbano que atendam as diferentes classes sociais.

- Analisar as políticas públicas ambientais no Brasil e em Goiânia;
- Estudar a função socioambiental dos Parques urbanos;
- Analisar comparativamente os três parques objeto da presente pesquisa em termos de aspectos naturais, instalações e equipamentos para recreação e lazer;
- Perceber os objetivos e a intensidade do uso dos parques urbanos;
- Estabelecer o perfil do público que frequenta os 3 Parques urbanos estudados;
- Verificar o grau de satisfação da população com os parques urbanos;
- Analisar, segundo a ótica da população o que deve possuir um parque urbano para ser considerado completo ou ideal pela população.

A área de estudo da presente dissertação são três parques de Goiânia, situados em setores sociais e regiões diferentes.

O Parque Flamboyant (ver figura 1) localiza-se no Jardim Goiás, Região Sudeste da cidade, setor novo, em expansão, com grande valorização e especulação imobiliária, próximo ao shopping Flamboyant. O segundo parque é o Bosque dos Buritis (ver figura 2), situado na confluência de dois setores, o Setor Oeste região tradicional, antiga na cidade e o Setor Central, que como ocorre nas grandes cidades passa por um processo de precarização tornando-se mais um espaço para o comércio e agências bancárias e, por fim, o último em uma região da periferia, o Parque Taquaral (ver figura 3), no residencial Goiânia Viva, na Região Noroeste, com crescimento desordenado e grandes problemas sociais.



Figura 1 – Parque Flamboyant – Jardim Goiás  
**Fonte:** Foto do autor da Dissertação



Figura 2 – Bosque dos Buritis – S. Oeste/Centro  
**Fonte:** Foto do autor da Dissertação



Figura 3 – Parque Taquaral - Residencial Goiânia Viva  
**Fonte:** Foto do autor da Dissertação

Nas sociedades contemporâneas, as pesquisas e avanços na compreensão desde diferentes áreas das ciências naturais e sociais sobre a complexidade e gravidade da problemática ambiental urbana têm colocado esta questão como um dos temas centrais para o desenvolvimento e qualidade de vida nas cidades. Neste contexto, desenvolver pesquisa sobre o papel sócio-ambiental que os parques urbanos exercem nas cidades, a preservação do meio ambiente e a garantia de qualidade de vida, torna-se relevante pela sua atualidade e, ainda pela possibilidade de vir a contribuir com a gestão pública e com ações que possam resultar em mudanças significativas nas condições ambientais de Goiânia.

Também é relevante conhecer como a população da cidade percebe e usufrui dos parques urbanos, quais são os objetivos da utilização destes espaços, quais são as regularidades das visitas, os pontos positivos e as sugestões para um Parque Urbano que atenda aos anseios da população dos diferentes bairros.

## CAPÍTULO I

### POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE

O estudo das políticas públicas nas diferentes sociedades esteve associado principalmente à Ciência Política e à Administração. Quando associado à Ciência Política, especialmente no contexto brasileiro, o sistema político vigente e a capacidade do Estado, se aborda ou questiona no sentido de “garantir e proteger a felicidade do cidadão em particular ou da sociedade como um todo” (FREY, 2000, p.213).

No caso da Administração volta-se o foco de estudo para as ações governamentais na perspectiva de perceber “a eficiência e/ou a eficácia dos processos gerenciais públicos que contribuiriam para a busca e obtenção de ganhos das ações governamentais em termos de satisfação dos usuários e de legitimidade social e política” (RUA, s/d, p. 2).

Nas sociedades contemporâneas novas demandas emergem, e assim reorientam o foco de estudo e da formulação das políticas públicas, procurando a participação e contribuição de outras áreas de conhecimento. A visão interdisciplinar é uma exigência para a compreensão e a atuação nos complexos problemas socioambientais atuais. Ao enfatizar “as novas ou recorrentes demandas sociais, percebe-se que o meio ambiente ou, mais especificamente, os problemas ambientais no Brasil têm sido objeto da agenda pública na formulação, implementação e gerenciamento de políticas públicas” (SALHEB *et alli*, 2010, p.5).

A análise e compreensão da relevância, abrangência e aplicação das políticas públicas ambientais nacionais, voltadas para as ações locais, é o objeto deste capítulo. Nesse sentido se realiza também uma análise da legislação ambiental e de documentos institucionais que orientam as políticas públicas para o meio ambiente no município de Goiânia.

Para tanto, se toma como referência as Conferências Mundiais do Meio Ambiente, enfocando a relação destas com as políticas públicas no Brasil e destaca-se o papel da Constituição Federal de 1988 na criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e a forma que este sistema desenvolve atribuições na forma federativa do Estado brasileiro. Nesse sentido cabe ressaltar a autonomia dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, uma vez que o Art. 18 preceitua que :

“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos desta constituição”.

A Constituição Federal estabelece, portanto, que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal, e determina a autonomia desses entes. “Confere-lhes também competências comuns para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (ALMEIDA, 1991, p. 66). É inequívoco, portanto, “que tanto a União, como os estados, o Distrito Federal e os municípios são dotados de amplas competências ambientais” (ALMEIDA, op.cit. p. 66).

Considerando a autonomia, nos termos constitucionais, buscou-se identificar os principais instrumentos, instituições e normas legais que influenciam a gestão ambiental na esfera municipal. Percebe-se, portanto, ao desenvolver o presente estudo, que diversos mecanismos políticos, sociais e culturais influenciam na formulação e na implementação das políticas públicas ambientais no âmbito do município.

### **1.1 Problemáticas ambientais, iniciativas e Conferências Mundiais**

As questões ambientais, antes ignoradas nos planos de desenvolvimento das nações, assumiram relevância a partir da década de 1970, devido às novas e recorrentes demandas, impulsionadas desde diversos eventos internacionais.

Destaca-se dentre esses eventos o promovido pelo Clube de Roma, uma organização não governamental, formada em 1968, cujas reuniões tinham como objetivo discutir assuntos políticos, econômicos, ambientais e do desenvolvimento mundial. Essa organização publicou o conhecido relatório *Os limites do crescimento*, encomendado ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

O referido relatório tratava de temas considerados cruciais para o futuro da humanidade, tais como: poluição, energia, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento. Preconizava um colapso total do sistema global, no início e no meio do século XXI, caso não fossem adotadas medidas corretivas urgentes para evitar uma tragédia ecológica mundial.

Em Estocolmo, no ano de 1972, foi realizada pelas Nações Unidas “A Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”, a qual constitui a

primeira iniciativa de caráter global para conscientizar e orientar as relações das sociedades do planeta com o meio ambiente. Nessa medida significa um marco institucional na preocupação pelo futuro da vida no planeta.

Foi elaborado o “Plano de Ação para o Meio Ambiente” que continha uma lista de 109 recomendações para os países membros das Nações Unidas, tratando de temas, como “poluição, manejo dos recursos naturais, avaliação ambiental e os impactos do modelo de desenvolvimento no ambiente humano” (RIBEIRO, 2001, p. 81).

Os reflexos da Conferência de Estocolmo no Brasil foram evidenciados pela criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Posteriormente no ano de 1981, se publica a Lei nº 6.938, de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), dirigido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Cumprindo deliberações da Conferência de Estocolmo criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU – 1983/1987, que em 1987 publicou o documento “Nosso Futuro Comum”, o qual se tornou relevante porque “chamou atenção do mundo para os problemas ambientais” (CORREA, 2008, p. 15). O referido relatório preconizava “a conciliação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, pela implementação de uma concepção de desenvolvimento sustentável” (CARVALHO, 2007, p. 509). Portanto, o conceito mundialmente aceito e difundido de desenvolvimento sustentável surgiu em 1988, como resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que definiu como:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (CMMAD/relatório Brundtland, 1988).

No conceito de desenvolvimento sustentável está implícito um compromisso de solidariedade com as gerações do futuro, visando dessa forma satisfazer as suas necessidades no presente e no futuro. Implica a integração harmoniosa dos sistemas econômico, sócio-cultural e ambiental, e ao mesmo tempo

o uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os *habitats* naturais.

Bellen (2005 p.34) afirma que “o conceito de desenvolvimento sustentável, na perspectiva econômica, apresenta uma visão aberta ao considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental”. O autor ressalta ainda que, as discussões sobre desenvolvimento sustentável evoluíram para além dos aspectos de meio ambiente, tecnologia e economia, incorporando também uma dimensão cultural e política.

No Brasil, a influência do Relatório *Nosso Futuro Comum*, está expressa na Constituição Federal de 1988 ao serem inseridos no Art. 225 os princípios do desenvolvimento sustentável, reafirmando que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988).

Também no ano de 1989, criou-se no Brasil o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O referido instituto reuniu as competências de outros órgãos extintos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e a SEMA. Ainda, no ano de 1990, recria-se, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, vinculada à Presidência da República.

Como resultado do referido relatório ocorreu à organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Esta conferência, denominada também de Rio 92 marcou definitivamente a internacionalização da questão ambiental. Criou mecanismos importantes tais como a Agenda 21; o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Banco Mundial), e realizou a Primeira Conferência sobre o Clima, que acabou influenciando o encontro de Kioto em 1997.

O objetivo da ECO-92, bem como do documento dela resultante, que foi assinado por chefes de Estado de 179 países, é um conjunto de recomendações concretas visando direcionar a substituição de forma gradual do modelo vigente por um ancorado em princípios da sustentabilidade. Da referida Conferência originaram-se a Agenda 21 Global, e foi estabelecido que cada nação signatária deverá de forma democrática e participativa construir a sua Agenda 21 Nacional,

baseada nos princípios da Agenda 21 Global. Este é o principal documento da ECO-92, que “possui como fio condutor o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do planeta” (CORREA, 2008 p.23) e constitui um conjunto de metas a serem cumpridas a longo, médio e curto prazo.

Dentre as diversas ações e iniciativas a agenda estabelece os desafios, os alicerces e as estratégias para a sustentabilidade nas cidades. A Agenda 21 prevê que a sustentabilidade urbana pode ser concebida como uma

qualidade que passa a identificar e exigir dos distintos processos sociais, desde aqueles que se dão na esfera privada – reduzir o consumo individual e reciclar produtos no espaço doméstico, por exemplo – até os que se desenvolvem na esfera pública, no terreno da implantação e gestão de políticas públicas (Agenda 21).

A Agenda 21 Nacional, no Brasil, é coordenada pelo Ministério das Cidades, sendo, portanto, uma política de Estado e tem como objetivo contribuir com os municípios no planejamento ambiental, com foco no desenvolvimento sustentável.

Com a realização da ECO-92, ocorreu na sociedade brasileira o aumento de organizações ambientalistas, fomento a discussões e maior participação da sociedade civil, organização de conferências nacionais, estaduais e municipais de meio ambiente, com a participação da sociedade civil e do poder público, configurando-se “um processo de gestão compartilhada” (CORREA, 2008, p. 25).

Uma das repercussões da ECO-92, no Brasil, foi a extinção da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República e a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1992, o qual constituiu uma mudança significativa na estrutura e relevância das instituições encarregadas das políticas e da gestão ambiental no País. Desta forma, percebe-se que as Conferências Internacionais repercutiram sobre as instituições e a agenda das políticas públicas brasileiras e, assim, nesta conjuntura, foram formuladas novas e transcendentais leis e políticas públicas ambientais no Brasil.

## **1.2 Políticas e programas governamentais no Brasil para o meio ambiente**

A Lei 6.938/81 que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e a Constituição Federal (1988) são marcos legais importantes no que se refere a gestão ambiental urbana no Brasil.



A Constituição de 1988 garante que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e cabe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. .

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL1988).

Ao consagrar o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial para a qualidade de vida, a Constituição Federal impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Lei Federal nº 6.938/81, que estabeleceu as bases da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – (SISNAMA), visa estabelecer uma política ambiental em nível nacional, bem como criar a articulação e responsabilidade de seus órgãos competentes nos três níveis de governo, União, Estados e Municípios.

O SISNAMA tem como objetivo estabelecer política ambiental compartilhada entre União, Estados e Municípios com a participação da sociedade organizada. Nesse sentido está estabelecido na Lei Federal que o criou que “A capacidade da atuação do Estado na área ambiental baseia-se na idéia de responsabilidades compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e entre esses e os demais setores da sociedade”. Também a referida Lei estabelece o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que tem em sua composição representantes de ministérios e entidades setoriais da Administração Federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de organizações não-governamentais.

Para Corrêa (2008, p. 72) O SISNAMA “estabeleceu os fins, os mecanismos de formulação e aplicação, bem como os princípios que norteiam a Legislação ambiental no Brasil”.

O *caput* do art. 2º do SISNAMA definiu que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a “preservação, melhoria da qualidade ambiental (...) e assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico e à proteção da

dignidade da vida humana”. Também, no art. 2º, parágrafo VI, a referida Lei define que é objetivo da política nacional do meio ambiente a “preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional, bem como a disponibilidade permanente concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida”.

Ao formular os princípios que norteiam as políticas ambientais no Brasil e sendo considerado o meio ambiente como patrimônio público e de uso coletivo, a Lei nº 6.938/81 propõe “assegurar condições ao desenvolvimento sócio econômico em harmonia com o meio-ambiente” (CORRÊA, 2008, p. 27),

As políticas públicas sobre o meio ambiente urbano, que são as mais diretamente relacionadas com o objeto desta pesquisa, são tratadas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 ou Estatuto da Cidade, o qual regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. A referida Lei no art. 2º parágrafo I garante “o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, (BRASIL, 2001).

Esse artigo 2º do Estatuto da Cidade faz referencia ao direito de viver nas cidades com qualidade ambiental e com meios para o lazer, e estes dois aspectos específicos estão relacionados com a criação e preservação de parques e áreas verdes no médio urbano. O avanço da urbanização, como consequência da migração da população do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, tem ocasionado uma expansão acelerada e sem controle das cidades, tornando cada vez mais importante a conservação dos parques existentes e a criação de outros novos, para atender a demanda permanente de áreas verdes.

Para Carvalho (2007), o Estatuto da Cidade promove o conceito de cidades sustentáveis, e incorpora os princípios ambientais da Constituição Federal. Igualmente inclui instrumentos de planejamento municipal relacionados com os parques e áreas verdes, tais como o zoneamento ambiental que permite conservar áreas de valor ambiental, bem como o direito a preempção com o qual é possível adquirir e destinar áreas para proteção do meio ambiente e criar parques urbanos.

### **1.3 Políticas públicas para o meio ambiente no âmbito do município de Goiânia**

A maior parte das políticas ambientais geradas nas esferas nacional e estaduais requer implementação no âmbito local. Dessa maneira, é o Governo local que, frequentemente, encontra-se à frente do processo de implementação dessas políticas. Os municípios, no entanto, nem sempre são dotados de recursos financeiros para a execução das políticas ambientais, o que leva a ação compartilhada da União e dos estados. Também os municípios diante dos desafios das questões ambientais do dia-a-dia e a necessidade de adaptar-se localmente desenvolvem políticas e ações em parcerias com outros setores da sociedade. Essas parcerias, em diversos municípios, somadas às políticas dos Estados e da União tem capacitado as autoridades locais a desenvolverem políticas ambientais inovadoras.

No município de Goiânia, o órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA para coordenar e executar as políticas públicas ambientais é a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). Esta agência foi criada pela Lei Municipal nº 8.537 de junho de 2007, sendo uma autarquia municipal que possui autonomia financeira, administrativa e patrimonial. A AMMA, que veio substituir a já extinta Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), integra a estrutura administrativa indireta da Prefeitura de Goiânia e é jurisdicionada à Secretaria de Governo.

O seu regimento interno, publicado no Diário Oficial do Município de nº 4.321 de 10/03/2008 (GOIÂNIA,2008), expressa as diretrizes que norteiam as ações da AMMA, e no Art. 1º Parágrafo único define que: “A Agência Municipal do Meio Ambiente - AMMA constitui-se o órgão local integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, nos termos da Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente”.

É também de responsabilidade da AMMA a elaboração, implementação e coordenação do Plano Diretor do Município, conforme Art. 5º – parágrafo VII.

Art. 5º - Art. 5º No exercício de suas finalidades e competências legais, A A M M A :

(...)

VII - elaborar, implementar e coordenar a execução do Plano Diretor de Arborização Urbana, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o Plano Diretor de Recursos Hídricos e de Drenagem Urbana e mapa das

áreas de risco, bem como o Programa Anual de Defesa do Meio Ambiente e os Planos Integrados de Gestão dos Resíduos Urbanos.

As preocupações ambientais estão presentes no Plano Diretor de Goiânia, expressas nas discussões relacionadas ao planejamento e gestão da capital. Uma das estratégias que contempla a questão ambiental da cidade é caracterizar o Patrimônio Ambiental como elemento de justificativa da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos, o que segundo o Plano Diretor de Goiânia (2007, p. 8), tem como objetivo a formação da consciência crítica frente às questões sócio-ambientais.

Em várias partes o Plano Diretor consagra a perspectiva de defesa ambiental da cidade, destacando-se os incisos I e III do artigo 3º:

**Art. 3º** A política urbana será implementada observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001 – Estatuto da Cidade e § 1º do art. 157 – Lei Orgânica do Município de Goiânia, de forma a atender as garantias fundamentais aprovadas no 1º Congresso da Cidade de Goiânia e na 2ª Conferência da Cidade de Goiânia. (GOIÂNIA, Lei Complementar n. 171/ 2007)

No referido artigo, o inciso I assegura o direito à cidade sustentável e o III a função social da cidade e da propriedade urbana.

Destaca-se também o art. 4º que ressalta o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município:

Art. 4º O Plano Diretor, instrumento da Política Urbana, incorpora o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município, devendo compatibilizar-se com os planos regionais e setoriais complementares. (GOIÂNIA, Lei Complementar n.º. 171/ 2007)

No âmbito da gestão das políticas públicas ambientais no município destaca-se a criação, por meio da Lei n.º. 6.840 de 1989, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Goiânia (Commam). É importante salientar que a instalação deste Conselho só ocorreu em 1993. Para Osmar Pires, seu primeiro presidente “a aprovação deste Conselho esta dentro de um contexto mais geral no qual se estabeleceu uma política nacional de criação de Conselhos Ambientais” (CORREA, 2008, p. 80).

Nos municípios o Plano Diretor Municipal, A Agenda 21 local e a criação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente apresentam um importante avanço quanto a gestão ambiental no território municipal. Existe, portanto, uma ampla

diversidade de leis e normas nos níveis federal e municipal que constituem um vasto instrumental institucional com os quais se pode fundamentar uma política pública para o meio ambiente no município.

Goiânia, a nova capital de Goiás, foi concebida como uma cidade planejada que nasceu impregnada pelos ideais da modernidade, moldada pela perspectiva de um novo tempo, de um novo espaço é uma nova cultura. Chaul (1997, p. 226) refere-se a Goiânia como “o símbolo do moderno e do urbano em solo rural”.

Craveiro *apud* Correa (2008, p. 24) afirma que “Goiânia foi erigida, Cidade nos idos dos anos 30 ao sabor de uma urbanística moderna”. E é também considerando os aspectos ambientais, o planejamento urbano que Martins Jr. assinala que Goiânia nasceu dentro dos “padrões ecologicamente corretos”. Para ele, na “concepção urbanística de Goiânia foram lançadas bases harmoniosas para convivência entre o ambiente natural e o ambiente construído” (Martins Jr. 1996, p. 56). Ainda segundo o autor “as diretrizes implantadas destinaram-se a garantir a proteção dos recursos naturais do sítio a ser urbanizado e o respeito aos valores de sua população” (MARTINS JR. 1996, p. 56).

Dessa forma desenvolveu as áreas livres e o sistema de Parques urbanos com visão moderna “procuramos proporcionar à cidade o máximo que nos foi possível de espaços livres” (LIMA, 1937, p. 146). Percebe-se, portanto, pela leitura acima, que a cidade de Goiânia foi planejada e construída na perspectiva urbanista moderna, considerando no seu planejamento os aspectos ambientais. Entretanto, a expansão vertical da cidade promovida por normas posteriores, tem aumentado a densidade ocupacional e o número de veículos, ocasionando congestionamento, contaminação atmosférica e pressão sobre a qualidade de vida.

Conforme Peres (2009, p. 33) “os recursos naturais, ar puro, estética e plástica esverdeadas da paisagem, espelhos d’água dos mananciais, tranqüilidade, sossego etc., proporcionam benefícios que melhoram a qualidade de vida urbana”. No entanto, segundo a autora (2009) esses benefícios em uma sociedade capitalista, constituída por classes sociais diferentes e com interesses antagônicos são disponibilizados para uma pequena parcela privilegiada da população e para a maioria desprivilegiada, são socializados apenas os aspectos

negativos da urbanização – poluição, paisagem impactante do concreto e do asfalto, ilhas de calor, intranqüilidade, insegurança e agitação.

Nesta linha também são os estudos de Corrêa (2008, p.79) ao afirmar que: “a herança da industrialização e a exploração das riquezas, por longo tempo, sem sustentabilidade causou sérios danos ao ambiente urbano”.

É neste contexto que Goiânia se distancia do projeto original de Atílio Corrêa Lima<sup>1</sup>, na medida em que convive com um processo de expansão para além de seus limites legais, promove conurbação<sup>2</sup> com municípios vizinhos, convive com áreas de riscos, a contaminação do ar e dos rios é crescente, dentre outros problemas.

Ressalta-se ainda que as sociedades contemporâneas estão exigindo com destaque e dando grande valor aos elementos da natureza e á criação dos Parques urbanos para melhorar a qualidade de vida e as paisagens das cidades. Neste aspecto cabe mencionar “especialmente as cidades como Goiânia, que vem construindo sua imagem de cidade com o maior IAV do Brasil (índice de área verde por habitante, que hoje é de 94m<sup>2</sup>/hab)” (PERES, 2009, p. 32).

Cabe mencionar, em relação com a importância atual das áreas verdes, que em determinadas regiões de Goiânia e especificamente no entorno de Parques urbanos está acontecendo uma enorme valorização imobiliária. É o caso da região no entorno do Parque Flamboyant que segundo informações do Sinduscon (Sindicato da Construção Civil), o metro quadrado em cinco anos, sofreu um aumento de 6.666% (seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento).

As análises de Peres (2009, p. 35) são elucidativas dessa realidade, ao afirmar que ao mesmo tempo em que ocorre a institucionalização dos parques, tem-se percebido no mercado imobiliário um acréscimo nos empreendimentos próximos desses espaços urbanos:

Pela velocidade de verticalização em seus estornos, pode-se dizer que estão reproduzindo esses espaços em série por todas as áreas nobres da cidade com nascentes, tendo como hipótese a instituição desse modelo de ocupação desses espaços como uma tendência em Goiânia, pois anteriormente temos o Bosques dos Buritis e o Parque Zoológico e posteriormente temos a transformação do Parque Areião, já com vários projetos de verticalização em andamento. Ou seja, o mercado imobiliário tem se utilizado dessa tendência de valorização (PERES 2009, p. 35)

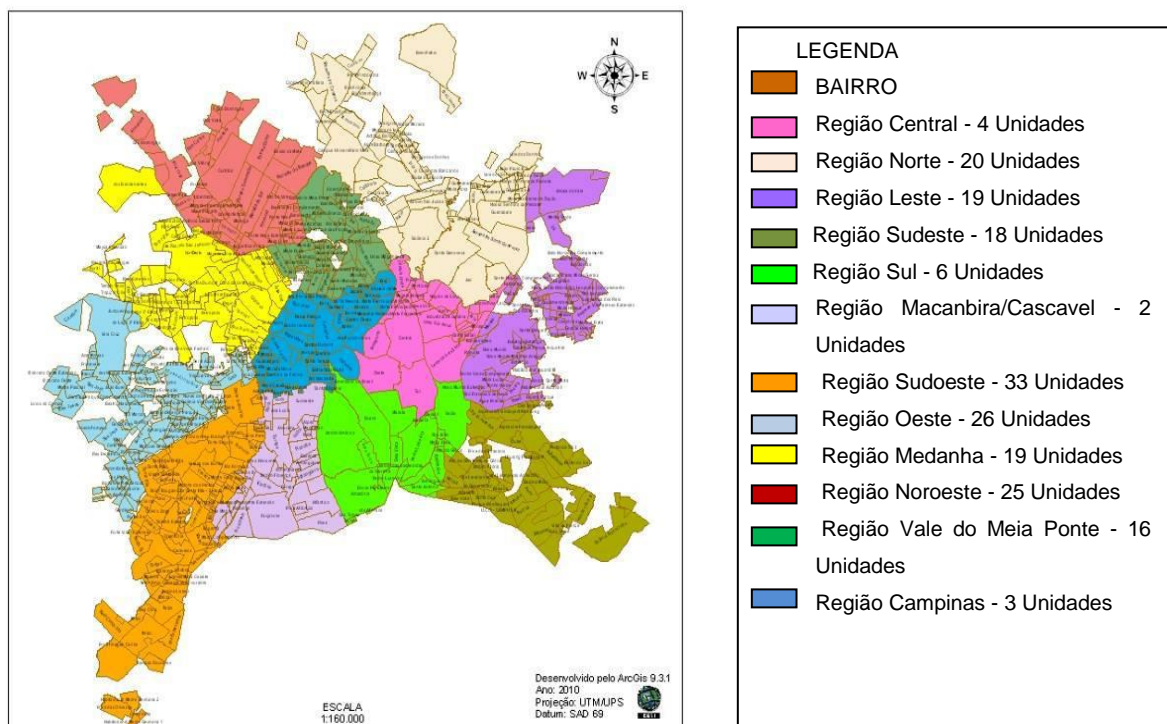
---

1 Atílio Corrêa Lima, arquiteto, urbanista e paisagista brasileiro, sendo o primeiro urbanista formado do Brasil. Seu projeto mais conhecido foi o plano urbanístico de Goiânia.

2 Conturbação é a unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico.

As afirmações anteriores ficam evidenciadas também pela comercialização de representações e imagens da cidade de Goiânia associadas ao verde, à natureza e à qualidade de vida, dentre outras. Neste contexto a capital é nomeada e representada como — cidade verde, cidade dos parques, capital da qualidade de vida, e outras formas que transmitem a idéia de uma “diversidade de paisagens na paisagem da cidade” (PERES, 2009, p. 37).

Essa é uma realidade que coloca a paisagem dos Parques urbanos como referencial para a construção das representações sociais da cidade. É visível em Goiânia a presença de grandes áreas verdes, representadas pelos bosques e Parques urbanos conforme se observa na figura 4.



**Figura 4:** Regiões que compõem a cidade de Goiânia com número de parques urbanos, bosques e unidades de conservação

**Fonte:** Adaptado de AMMA (2011)

A figura 4 mostra as regiões que compõem a cidade de Goiânia, destacando o número de parques urbanos, bosques e unidades de conservação: a região Central conta com 4 unidades, a Norte com 20, a Leste com 19, a Sudeste com 18, Sudoeste 33, Oeste 26, Mendanha 19, Noroeste 25, Vale do Meia Ponte 16 e Campinas 3.

Conforme estudos realizados pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA, 2008), Goiânia é a capital do Brasil com maior extensão de áreas verdes por habitante e o maior número de árvores em vias públicas do país.

Segundo Censo do IBGE (2010) Goiânia conta com uma população de 1.301.892 (um milhão trezentos e um mil, oitocentos e noventa e dois habitantes), cerca de 30% da área total da cidade é coberto por áreas verdes e existe a preocupação de um desenvolvimento sustentável<sup>3</sup> expressa no seu Plano Diretor, aprovado conforme Lei Complementar n. 171, de 29 de maio de 2007. No caput do artigo 2º ao tratar da política urbana para o município de Goiânia, o referido Plano traça princípios da igualdade, oportunidade, da qualificação do território do Município e de uma cidade mais justa e sustentável:

Art. 2º A Política Urbana do Município de Goiânia sustentar-se-á nos princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo à população a e qualificação do território do Município e uma cidade mais justa e sustentável.

*Parágrafo único.* Para efeito dos princípios estabelecidos no caput são adotadas as seguintes definições:

I – igualdade – o direito de atendimento às necessidades básicas como o acesso a terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;

II – oportunidade – como a garantia da oferta, pelo poder público, dos serviços, equipamentos urbanos, comunitários, transporte e direitos sociais;

III – transformação – como o processo originado pelas ações ou iniciativas do poder público e das representações sociais, voltadas ao aprimoramento das ações em benefício da cidade e do cidadão;

IV – qualidade – como o resultado positivo do aprimoramento das ações do poder público e representações sociais, voltados para a cidade e o cidadão;

V – função social da cidade – como o uso racional e adequado da propriedade urbana, dos recursos naturais e preservação do meio ambiente (GOIÂNIA, Lei Complementar n. 171/ 2007).

No inciso II o Plano Diretor apresenta o princípio da igualdade, correlacionado ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Já o inciso V trata da função social da cidade destacando-se a preservação do meio ambiente.

Em várias partes o Plano Diretor consagra a perspectiva de defesa do meio ambiente e a função social da cidade, destacando-se os incisos I e III do artigo 3º:

---

<sup>3</sup>. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, na Noruega, quando se apresentou a seguinte definição para o conceito: "É a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (SCHARF, 2004, p.19).



**Art. 3º** A política urbana será implementada observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001 – Estatuto da Cidade e § 1º do art. 157 – Lei Orgânica do Município de Goiânia, de forma a atender as garantias fundamentais aprovadas no 1º Congresso da Cidade de Goiânia e na 2ª Conferência da Cidade de Goiânia, assegurando:

I – o direito à cidade sustentável, compatibilizando o crescimento econômico com a proteção ambiental, o respeito à biodiversidade e a sócio-diversidade;

II – o direito à moradia digna;

III – a função social da cidade e da propriedade urbana;

IV – a gestão democrática e controle social;

V – a inclusão social e étnica, promovendo-se a eliminação das desigualdades e o combate à discriminação;

VI – a sustentabilidade financeira;

VII – a parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada. (GOIÂNIA, Lei Complementar n. 171/ 2007)

O inciso I assegura o direito à cidade sustentável, o qual implica os aspectos que determinam a qualidade ambiental urbana e o III a função social da cidade e da propriedade urbana, o qual permitiria a atuação do poder público para conseguir uma cidade mais democrática dando acesso a toda a população aos serviços sociais, incluindo parques e áreas verdes.

Vale também destacar o art. 4º que ressalta o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município

Art. 4º O Plano Diretor, instrumento da Política Urbana, incorpora o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município, devendo compatibilizar-se com os planos regionais e setoriais complementares. (GOIÂNIA, Lei Complementar n. 171/ 2007)

Segundo o Relatório do Plano Diretor de Arborização Urbana de Goiânia da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA, 2008, p. 29) Goiânia possui 94 metros quadrados de áreas verdes por habitante, índice quase 8 vezes superior ao recomendado pela Organização das Nações Unidas, que é de 12m<sup>2</sup>/habitante. “Esse índice é superior também aos 51 m<sup>2</sup>/habitante de Curitiba, a capital estadual considerada anteriormente líder nesse ranking” (PERES, 2009, p.44).

Esses espaços públicos constituem-se em paisagens portadoras de sentido, símbolos, significados, gestos e traços culturais da sociedade. A mescla entre natureza e cultura, materialidade e subjetividade, presente na paisagem dos parques, permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas.

Nas palavras de Luchiari (2001, p.20)

é na emergência desses territórios que a sociedade mediatiza suas relações com a natureza e lhe atribui um valor, uma representação e um controle sobre as paisagens que os homens disputam como um campo relacional de poder, como lugares simbolicamente controlados (LUCHIARI, 2001, p.20).

Percebe-se que as representações sociais, uma vez criadas, adquirem vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se, repelem-se e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, ainda que ancoradas em antigas representações.

## CAPITULO II

### PARQUES URBANOS E PAISAGENS – CONCEITOS E ELEMENTOS

As cidades são apresentadas à população em geral pelas suas paisagens, pelos seus monumentos históricos, pela sua arquitetura e assim ocorre uma comunicação visual que é interpretada e descortinada pelo olhar de cada habitante, transeunte, viajante ou visitante.

Silva e Almeida (2010, p. 484) afirmam que nas cidades: “suas paisagens, seus lugares, seus acontecimentos são portadores de signos e símbolos que, são interpretados por quem ocupa o imaginário coletivo”. E, esse imaginário que constrói as cidades reais, concretas, é também o portador de tantas outras “cidades imaginadas, desejadas e representadas, as quais mostram que o urbano é uma obra humana. Uma obra historicamente construída e reconstruída” (SILVA e ALMEIDA, 2010, p. 486). Na perspectiva de uma construção histórica as cidades são sujeito e também objeto de representação. “Elas induzem a construção de práticas, comportamentos e atitudes e, ao mesmo tempo, são interpretadas e valorizadas, segundo suas normas e símbolos” (Silva e Almeida, 2010, p.489).

Na representação das cidades as áreas verdes, mais especificamente os Parques urbanos, assumem importante papel, uma vez que são espaços públicos utilizados como espaços turísticos, de lazer e recreação, com múltiplos usos pela comunidade amenizando os impactos ambientais. Os parques urbanos ao ser portadores de funções ambientais e, também sociais, são segundo Garcia (2005) e a Organização Mundial da Saúde espaços verdes imprescindíveis pelos benefícios gerados, reconhecendo as funções ecológicas e sociais que cumprem nos sistemas urbanos.

Esta é a ênfase do capítulo II, perceber os parques urbanos na perspectiva sócio-ambiental, analisando os conceitos e seus elementos constitutivos, bem como os identificando em três parques da cidade de Goiânia. Neste sentido, se apresentam inicialmente as concepções teóricas de vários autores bem como os elementos que integram um parque e, posteriormente, se analisam na realidade urbana da cidade.

## 2.1 Os Parques urbanos e sua função sócio-ambiental

Os estudos e análises sobre paisagem como temas de planejamento e atuação sistemática no âmbito urbano se iniciam no século XIX e fazem parte de diferentes áreas do conhecimento. Myanaki (2003, p. 13) afirma que: “os termos *paysage*, *paesaggio*, *paisaje* e paisagem são contemporâneos do momento em que a paisagem começa a ser explorada por artistas.

No caso dos parques urbanos, no sentido de paisagem de espaços públicos, há a perspectiva de que são construídos para gerar conforto, bem estar social e qualidade de vida à população. Esses espaços surgem nas cidades visando lembrar as características de paisagem rural de paz, tranquilidade, ar puro, integração com a natureza na vida urbana.

Silva e Almeida (2010, p.490) afirmam que “Os espaços públicos enquanto paisagens construídas datam de tempos remotos”. Ainda segundo as autoras (2010) estes espaços surgiram na Grécia antiga e eram vistos como uma forma democrática de participação social, que significavam a prática da liberdade e cidadania.

Na Europa, a partir do século XIX, com o processo de industrialização, estes espaços livres públicos surgiram visando atender a população das fábricas que não possuíam recursos e tempo livre para atividades ligadas ao bem estar. Albuquerque ressalta que:

[...] foi a partir das conseqüências da revolução industrial que surgiu na Europa, a necessidade de construções de espaços livres públicos, com a finalidade de amenizar o ambiente, o qual estava bastante degradado e conturbado, e de proporcionar lazer à população (ALBUQUERQUE, 2006, p.47)

Percebe-se, portanto, que a criação dos parques urbanos tem em suas raízes a idéia de proporcionar à população urbana lazer, descanso e qualidade de vida. “A vida cotidiana possuiria assim, um local onde se poderia fugir da rotina estressante das grandes cidades” (FEIBER, 2004, p. 94).

Zamora (2003) *apud* (OLIVEIRA, 2007, p. 27) afirma que não existe um consenso sobre a definição precisa de parques urbanos, e muitas definições são apontadas.

Macedo e Saka *apud* (OLIVEIRA, 2007, p. 28) consideram parques urbanos como “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, de

qualquer tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica seja auto-suficiente”. Para Kliass (1993, p. 19) os parques urbanos “são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal destinados à recreação”.

Macedo complementa as considerações elaboradas por Kliass e acrescenta:

parque é todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO, 2003, p.14).

Outra leitura dos aspectos sócio-ambientais dos parques urbanos é realizada por Corona (2002) *apud* (OLIVEIRA, 2007, p. 28), que considera os parques urbanos como espaços abertos de uso público que integram as áreas verdes no contexto das cidades e onde se estabelecem relações humanas e sociais. Completa ainda a autora que é o espaço resultado da atividade prática do homem, pois contém um componente natural (fauna e flora) e outro sócio-cultural que reflete os costumes e tradições da cidade. São construídos com objetivo social e adquirem conotações diferentes determinadas por diversos fatores: ambientais, sociais, políticos e econômicos.

A definição de Corona (2002) *apud* (OLIVEIRA, 2010, p. 28) possibilita uma visão ampliada dos parques urbanos, como espaços de interação e relações sociais, incluindo a percepção dos componentes naturais, o papel cultural, e por fim, as diferentes conotações que assumem no contexto das políticas públicas ambientais.

Observa-se que, as leituras de FEIBER (2004), KLIASS (1993), MACEDO E SAKA (*apud* OLIVEIRA 2007), CORONA (*apud* OLIVEIRA 2007) são elucidativas do papel sócio-ambiental dos parques urbanos e particularmente a sua contribuição para o exercício e apropriação democrática do espaço público e para a qualidade de vida no âmbito urbano. Ressalte-se, ainda, que os parques urbanos nas cidades, assumem o papel primordial de preservação ambiental e assim, a preocupação com a qualidade de vida e do planeta, uma vez que a preservação e conservação dessas áreas refletem a preocupação com o desequilíbrio ambiental e com as modificações climáticas causadas pela destruição dos recursos naturais.

O presente estudo considera, portanto, no contexto das políticas públicas ambientais, os parques urbanos como elementos que exercem a função social de preservação do meio ambiente. Assim, é papel das políticas públicas voltadas para o meio ambiente reconhecerem os parques como paisagens naturais ou construídas dentro do espaço urbano que possibilita lazer, descanso, conforto à comunidade, mas, que, sobretudo garantem a qualidade de vida no sentido de manter e preservar a natureza.

Percebe-se que as áreas verdes urbanas, os parques urbanos, possuem importância no sentido de “valorizar o papel funcional no metabolismo da cidade” (PERES, 2009, p.87).

Para Barcelos (apud GUIMARÃES, 2010, p.12), no Brasil, foram constituídos os primeiros parques no início do século XX. Os referidos parques eram privados, concebidos e administrados por empresas particulares, como, no caso de São Paulo, o Jardim da Saúde, o Parque Antártica e o Jardim da Aclimação.

Ofereciam ao usuário, mediante um ingresso pago, o acesso a uma exposição, caso do Parque Antártica, ou a um pequeno zoológico, como no Jardim da Aclimação, hoje, Parque da Aclimação.

A partir deste período ocorre no processo de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para os municípios, a preocupação com o equilíbrio entre a natureza e o meio ambiente urbano. Há a preocupação em oferecer a população um contato mais direto com o verde, com a natureza e, em desenvolver ações de educação ambiental.

Melazo (2008, p.5), afirma que: “o planejamento da paisagem é uma contribuição ecológica e de design para o planejamento do espaço” e é também neste espaço, segundo o autor, que ocorre a regulamentação do uso do solo e o uso dos recursos ambientais, preservando a capacidade dos ecossistemas e o potencial recreativo das paisagens, ou seja, as áreas verdes.

Logo, a preocupação com as áreas verdes urbanas, com a vegetação urbana é apontada por vários pesquisadores como uma forma de atenuar as interferências humanas que provocam alterações significativas no meio ambiente e assim acarretam processos de alterações climáticas que resultam em um desconforto térmico que compromete a qualidade de vida.

Nessa perspectiva Feiber (2004) afirma que “o uso das áreas verdes além de propiciar, por meio do acesso aos parques públicos, o lazer da população, é responsável por amenizar os efeitos causados pela intensa densificação dos ambientes urbanos”.

As grandes construções centrais convivem com as construções irregulares e amontoadas das periferias provocando impactos que poderão ser amenizados pela presença da vegetação. Macedo (2003) afirma que o espaço verde, os bosques, os parques urbanos, jardins e todo território ocupado por qualquer tipo de vegetação e que tenha um valor social, compõem a maioria dos espaços livres de cidades de porte médio.

Oliveira (2007, p. 5) afirma que:

as áreas verdes, mais especificamente os parques urbanos exercem várias funções e assumem papel importante na vida cotidiana dos cidadãos, por se tratarem de espaços que servem como base para as atividades de lazer e recreação ao ar livre e que fornecem múltiplos usos para a comunidade amenizando os impactos ambientais existentes.

As considerações dos autores anteriores evidenciam a necessidade da natureza, das áreas verdes, dos parques urbanos no contexto das grandes cidades na atualidade. Colocam-se dessa forma os parques urbanos no centro das discussões sobre a qualidade de vida na cidade e, as áreas verdes públicas, como um direito de todos os cidadãos. Por fim, constata-se também a idéia de atratividade da cidade, como é o caso dos parques em Goiânia. Na cidade, esses espaços verdes representam lugares ideais que proporcionam a qualidade estética, o bem estar da população, a preservação da natureza e a conservação do patrimônio dos habitantes locais.

### **2.1.1 Parques urbanos e qualidade de vida**

A importância da implantação de espaços destinados ao lazer e da manutenção da qualidade ambiental nas cidades é cada vez maior, pois em áreas urbanizadas, os problemas ambientais ganham maior amplitude, evidenciando assim a importância ambiental urbana dos parques e a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida.

As necessidades de conforto climático, de satisfação estética e de presença da paisagem natural no interior da massa construída são atendidas pela

arborização das vias públicas e pelos grupos arbóreos presentes nos parques urbanos e nas praças uma vez que estes contribuem para a harmonia nas relações da população com seu meio ambiente, construindo assim uma intrínseca relação entre meio ambiente e qualidade de vida.

Ao conceituar qualidade de vida, Paiva (2003, p.26) afirma que a qualidade de vida vem sendo tratada como tema relevante e possui um conceito amplo que abarca vários elementos necessários à existência humana.

A qualidade de vida vem sendo tratada como tema relevante em uma quantidade cada vez maior de trabalho em várias áreas do conhecimento, de modo que a compreensão do conceito inclui múltiplas caracterizações. Em vista de tal diversidade, a noção de qualidade de vida apresenta contornos diferenciados, nos quais, muitas vezes, determinados aspectos ganham relevância em função do momento histórico e das condições sociais, bem como dos fatores ideológicos e dos objetivos adotados em cada trabalho (PAIVA,2003 p.26).

Pelo texto acima percebe-se que o conceito abre um leque de possibilidades que ganham relevo dependendo do contexto social e histórico em que este é analisado.

Complementando os estudos (SCIFONE,1994, p.11) afirma que o conceito qualidade de vida, assume “múltiplas caracterizações por ser o produto da interação entre as expectativas e realizações de uma pessoa, podendo somente ser descrita e medida em termos individuais, portanto numa análise subjetiva”.

Segundo CARMO (1993), o conceito de qualidade de vida, no sentido mais usual, refere-se ao meio ambiente e às questões exteriores ao indivíduo, tais como poluição, qualidade das habitações, incidência de crimes, etc. Essas questões fariam com que os indivíduos se mobilizassem e exigissem das instâncias governamentais a melhoria e a resolução destes problemas para elevação da qualidade de vida.

Assim, para CARMO (1993),

O conceito qualidade de vida pode vir a ser empregado como substrato a uma crítica em profundidade ao estilo de desenvolvimento vigente, identificando as distorções existentes e propondo uma via alternativa de desenvolvimento. Ou seja, colocam-se os parâmetros da atual qualidade de vida em comparação ao que eles devem ser em um sistema no qual vigore o desenvolvimento ecologicamente equilibrado.(CARMO 1993 p.58)



Nessa perspectiva, o conceito “qualidade de vida” se torna alvo das mais diversas interpretações, devido à contemplação de questões individuais e sociais, objetivas e subjetivas, podendo transformar-se em organização e luta por uma nova realidade social, calcada no equilíbrio ecológico.

Por conter elementos objetivos e subjetivos, de cunho individual e social, o conceito de qualidade de vida remete à relação homem e sociedade, o que vem ao encontro dos objetivos desta pesquisa em conduzir a relação meio ambiente, parques urbanos e qualidade de vida.

### 2.1.1 Elementos constitutivos de um parque urbano

Petenucci (2003) destaca que no planejamento de um parque urbano devem ser observadas às características físicas, biológicas, viabilidade técnica e econômica, levando em consideração os parâmetros físicos como: Geologia, geomorfologia, pedologia, índice de inclinação do terreno, sistema hídrico, uso de ocupação do solo existente, sistema viário existente, impactos ambientais e dados climáticos.

Ressalta também os parâmetros biológicos como: fauna e vegetação existente, local ou regional. Os assuntos legais: legislação ambiental, legislação de recursos hídricos, plano diretor municipal, legislação de uso e ocupação do solo, dados cadastrais da área. Os parâmetros socioculturais: perfil sócio-econômico da população do entorno, anseios da comunidade, histórico local e regional. Todos são fatores importantes para implantação, manutenção, monitoramento e reavaliação de um parque urbano.

No presente estudo tomou-se como referência para a abordagem dos elementos constitutivos de um parque urbano o Plano de Manejo dos três Parques analisados, destacando-se a identificação de:

#### **a) Meio físico**

##### **Ocupação física do entorno**

Trata-se de uma caracterização do uso do solo e das atividades predominantes urbanas no entorno do parque, tais como uso residencial, comercial, industrial, etc.

##### **Aspectos geomorfológicos**

Refere-se especialmente ao relevo, à inclinação e aos acidentes na geografia do terreno do parque analisado.

**Solo**

Implica a análise do tipo do solo e características naturais e adquiridas, tais como fertilidade, erosão, degradação, etc.

**Água**

A análise deste recurso se realiza considerando a existência de nascentes e corpos de água no parque, bem como seu estado de conservação.

**b) Meio biótico****Fauna**

Refere-se à identificação ou reconhecimento das espécies animais existentes no parque, tanto as nativas, bem como as introduzidas.

**Flora**

Trata-se de uma identificação do tipo da vegetação ou cobertura vegetal do parque, assinalando a existência de áreas de vegetação nativa e introduzida.

**c) Meio sócio-econômico****Infraestrutura e equipamentos do parque**

É a identificação do tipo, características e estado de conservação da infraestrutura e o mobiliário do parque

**d) Manejo**

Trata-se do Plano de Manejo do parque, o qual está geralmente formulado com base em um zoneamento de usos do solo:

Zoneamento

Zona de Uso Intensivo

Zona de Uso Restrito

Zona de Recuperação

Zona de Preservação Integral

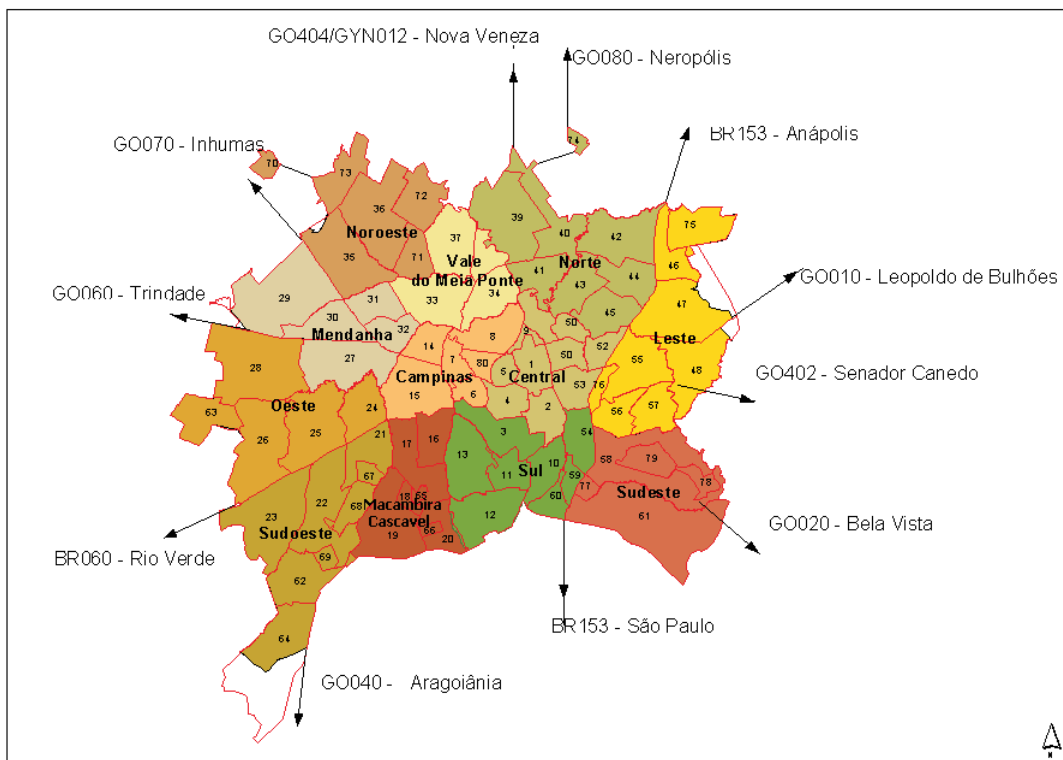
Determinação da Capacidade de Carga

Outros elementos são analisados no Plano de Manejo destacando-se levantamento de ruídos, cadastramento de ambulantes, dentre outros, no entanto este estudo priorizou os elementos acima citados e desenvolveu uma análise de cada um destes elementos nos Parques urbanos objeto desta pesquisa

## 2.2 Parques urbanos de Goiânia – contextualização e elementos constitutivos dos Parques Flamboyants, Bosque dos Buritis e Taquaral

Esta unidade faz um estudo dos elementos constitutivos de um Parques urbanos, e, em seguida identifica estes elementos nos três parques objeto do presente estudo: o Parque Flamboyant, Bosque dos Buritis e o Parque Taquaral.

Desenvolveu-se um marco teórico de análise das principais características físicas e biológicas. Nos parâmetros físicos destaca-se: a geologia e a hidrografia com enfoque para as nascentes, os córregos e os lagos. Parâmetros biológicos como fauna e vegetação existente. Analisa-se também a constituição do parque, ano e Lei de criação, a administração, a segurança e monitoramento.



**Figura 5:** Regionalização do município de Goiânia

**Fonte:** Prefeitura de Goiânia/SEPLAM/DPSE, 2003.

A figura 5 acima apresenta a regionalização do município de Goiânia, onde estão situados os parques urbanos objetivo da presente pesquisa (Leste, Central e Oeste).

### 2.2.1 Parque Flamboyant

O Parque Flamboyant Lourival Lousa, está situado na Região Sudeste entre as ruas 15, 12, 46, 55 e 56 no Jardim Goiás. Desde a implantação deste setor

urbano estava Previsto um Parque Publico Municipal, o qual corresponde a parte do que é o Parque Flamboyant, aprovado pelo Decreto nº 18 de dezembro de 1950 e Decreto-Lei nº 58/37.

Peres (2009) afirma que em 1962 o Sr. Lourival Louza e sua esposa proprietários de terras na região, fizeram doação de terreno com uma área de 87.332,00m<sup>2</sup> ao Automóvel Clube de Goiás. Em razão do clube não ter cumprido as exigências no ato de doação, em 1995, esta foi cancelada por meio do processo nº 950222302 da 5ª Vara Civil da Comarca de Goiânia – GO, que determinou o cancelamento da transcrição imobiliária, retornando a mesma área doada e sendo tombada pelo Decreto nº 158, de 24 de janeiro de 2000.

Inaugurado em setembro de 2007 o parque Flamboyant já tem sido objeto de diversos estudos e pesquisas. Destacam-se os estudos de Clarinda Aparecida da Silva e Maria Geralda de Almeida que enfocam as representações sociais produzidas e/ou veiculadas pela imprensa escrita e pela publicidade turística sobre a cidade de Goiânia em “A paisagem dos parques públicos da cidade de Goiânia nas representações da mídia turística e dos moradores locais”; a dissertação de mestrado de Maria de Lourdes Peres com o título: “Imaginário, paisagens e urbanização em Goiânia”, que busca compreender as relações entre imaginário, paisagem e urbanização, tendo como objeto de estudo os parques municipais de Goiânia: Vaca Brava e Flamboyant. Também foi preocupação de pesquisa o Parque Flamboyant e o Taquaral na dissertação de mestrado de Cláudia Gomide Guimarães, “Parques urbanos – sua influência na planejamento e desenvolvimento da cidade que tem como referência suas relações com a dinâmica do processo de urbanização de Goiânia”.

### 2.2.2 Estrutura urbana no entorno do parque

O levantamento da estrutura urbana e o uso do solo instalados na faixa de entorno do Parque Flamboyant comprovaram a natureza predominantemente residencial dos bairros localizados ao seu redor. Entretanto a pouca distância do entorno do Parque, observa-se atividades comerciais e de serviços em grandes empreendimentos, conforme Figura 6. Destaca-se o Shopping Flamboyant, Supermercado Carrefour Sul, o Supermercado Wal-Mart, o estádio Serra Dourada a lanchonete McDonald's, Home Center Tend Tudo, Ciao Bella, Mezalluna.



**Figura 6:** Área do Parque Flamboyant e entorno

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

#### 2.2.2.1 Solo

O Parque do Flamboyant inicialmente era constituído por solo arenoso, rico em matéria orgânica. Esta característica se deve ao fato, de que todo o vale, primitivamente, era revestido de mata e que tinha sua origem nos processos de deposição aluvio-coluvial, vinculados à evolução pedogenética<sup>4</sup> periférica. Atualmente esse ecossistema encontra-se quase totalmente descaracterizado, restando uma pequena área com vegetação primária. (Figura 7).

---

<sup>4</sup> Pedogenéticos: que promovem a adição, perda, transformação e transporte do material do solo (VAZ, L.F. 1996).



**Figura 7:** Solo do Parque Flamboyant

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

#### 2.2.2.2 Paisagem natural

A paisagem natural do Parque é composta pela nascente do Córrego Sumidouro, afluente da margem direita do Córrego Botafogo, conta também com uma área de brejo, que se encontra parcialmente preservada e com dois lagos, sendo que o lago 1 (Figura 8 ) se localiza próximo à pequena área de brejo, com 5.545,50 m<sup>2</sup> e o lago 2 (Figura 9) próximo a área de bambus, com uma área de 5.761,78 m<sup>2</sup>. (Plano de Manejo/AMMA/2007).



**Figura 8:** Lago 1

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

#### 2.2.2.3 Fauna

Segundo documento da Prefeitura de Goiânia/AMMA Plano de Manejo do Parque Flamboyant existe no interior do Parque as seguintes espécies de animais:

**Classe Reptilia:** Jararaca do brejo, Dormideira (Figura 9), Calango de pedra, Calango verde, Cágado e Tigre d'água.



**Figura 9:** Dormideira

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

**b) Classe os Teichthyes:** Lambari, Tilápia (Figura 10) e Tuvira



**Figura 10:** Tilápia

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant – 2007

**c) Classe Amphibia:** Sapo cururu (Figura 11), Rã manteiga, Rã pimenta, Rã cachorro, Perereca, Sapo verruga.



**Figura 11:** sapo cururu

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

**d) Classe Mammalia:** Gambá (Figura 12), morcego urbano;





**Figura 12:** Gambá

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

### **e) Classe Aves**

Há no Parque Flamboyant uma rica flora, destacando-se a classe de aves com 30 espécies diferentes identificadas. São as seguintes: Bico-de-agulha, Saí-azul (Figura 13), Bem-te-vizinho, Viuvinha, Bem-te-vi-de-bico-chato, Suiriri, Tiziu, Capacetinho, Trinca-ferro, Azulão, Beija-flor-estrelinha, Beija-flor-do-rabo-branco, Beija-flor-tesoura, Anu-preto, Alma-de-gato, Anu-branco, Rolinha-caldo-de-feijão, Rolinha-caldo-de-feijão, Rolinha-fogo-apagou, Quiri-quiri, Martim-pescador-grande, Coruja-buraqueira, Quero-quero, Periquito-do-encontro-amarelo, Pica-pau-do-campo, Arapaçu-verde, Tangará-de-cabeça-encarnada, Sabiá-poca, Socó-dorminhoco, Saracura-três-potes, Tapicuru-de-cara-pelada.



**Figura 13:** Saí Azul

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

#### 2.2.2.4 Flora

A vegetação do Parque Flamboyant , antes de antropizada era formada por buritizais e veredas. Este tipo de vegetação é comum ao longo dos fundos dos vales. Atualmente o Parque Flamboyant conta com espécies nativas e espécies exóticas.



**Figura 14:** Área arborizada do Parque Flamboyant  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant – 2007

Cabe assinalar que os componentes da paisagem natural do Parque Flamboyant foram também os maciços de vegetação nativa, a vereda de Buritis e a mata ciliar. “A morfologia, árvores, vegetação, brejo, lagos, mata ciliar, a nascente do Córrego Sumidouro receberam uma recomposição florística densa com espécies adequadas ao tipo de solo, levando-se em consideração a situação e as potencialidades da vegetação existente” (Plano de Manejo, 2007, p.62).

#### 2.2.2.5. Infraestrutura equipamentos

Parque Flamboyant conta com a seguinte infraestrutura: pódicos de acesso, pista de bicicleta, pista de caminhada, caminhos internos, estações de convivência, sede administrativa, núcleo ambiental, espaço cultural e atividades esportivas com edificação de equipamentos de lazer (quadra de areia para peteca e vôlei, quadra poliesportiva, campo de futebol gramado), portões de acesso ao espaço cultural, estacionamentos para carro e ônibus, estares contemplativos com pergolados e mirante, belvedere, pontes, fonte contemplativa, bicas d’água, mobiliários urbanos (bancos, bebedouros, telefones públicos, coletores de lixo,

estacionamento para bicicleta), parque infantil (Figura 15) e iluminação (externa e interna).

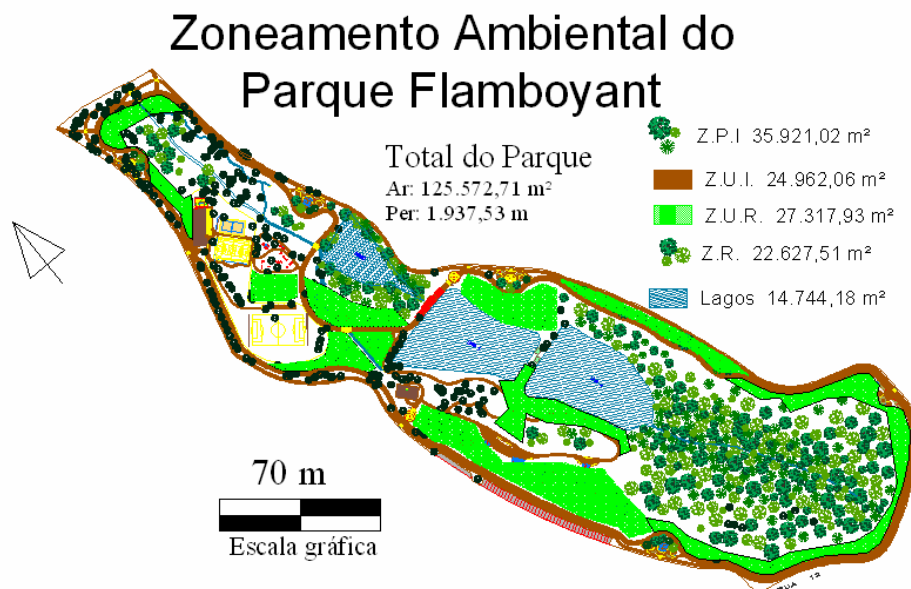


**Figura 15:** Equipamentos recreativos no parque Flamboyant  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

#### 2.2.2.6 Zoneamento

O Parque Flamboyant está dividido em zonas definidas. “Essas zonas caracterizam-se pelo estado em que se encontram as áreas contidas em cada uma delas e pelo manejo que suportam ou necessitam” (AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant, 2007).

Este zoneamento é que serve de parâmetro para a elaboração dos programas de manejo. Segundo documento da AMMA (AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant, 2007) este zoneamento é dinâmico e, sua duração será dimensionada conforme as necessidades do Parque (Figura 16).



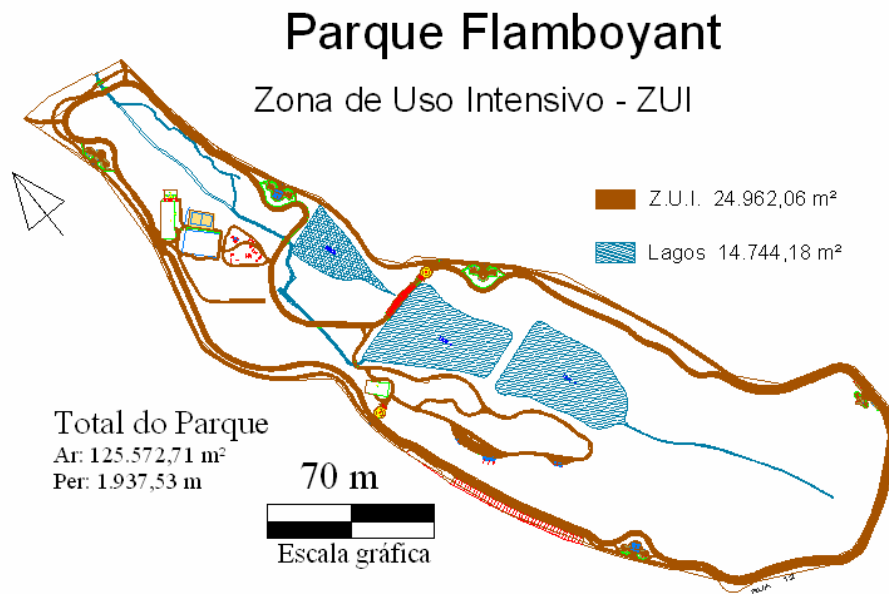
**Figura 16:** Zoneamento ambiental do Parque Flamboyant  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

Segundo a figura 16 o zoneamento da área do Parque Flamboyant, esta assim definida:

- Área total do Parque: 125.572,71 m<sup>2</sup>
- Perímetro: 1.937,53 m
- Zona de Proteção Integral: 35.921,02 m<sup>2</sup>
- Zona de Uso Intensivo: 24.962,06 m<sup>2</sup>
- Zona de Uso Restrito: 27.317,93 m<sup>2</sup>
- Zona de Recuperação: 22.627,51 m<sup>2</sup>
- Lagos: 14.744,18 m<sup>2</sup>

#### a) Zona de uso intensivo

A área de uso intensivo de um Parque é constituída pelas áreas naturais e alterada pela atividade humana. É composta por paisagens, espaços, equipamentos e recursos que possam servir às atividades recreativas, e são relativamente concentradas possibilitando a facilidade de trânsito e de assistência ao público (figura17)



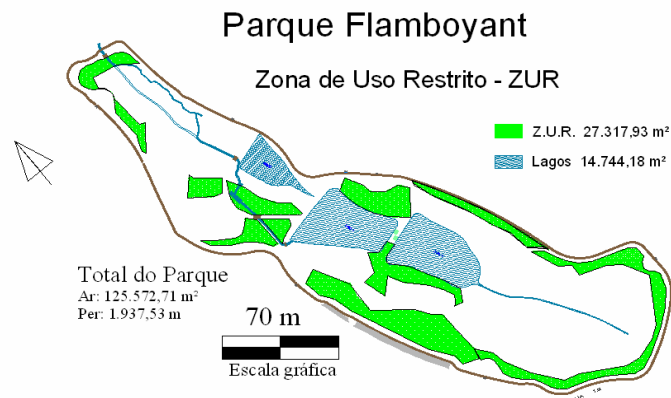
**Figura 17:** Área de uso Intensivo

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

A figura 17 apresenta a zona de uso intensivo do Parque Flamboyant que é 24.962,06 m<sup>2</sup> e, é composta por pista de caminhada, pista de bicicleta, estações de convivência, parque infantil, caminhos internos e áreas próximas a administração.

#### **b) Zona de uso restrito**

São as “áreas necessárias à administração, manutenção, serviços, trilhas interpretativas de educação ambiental, com acesso ao público controlado” (AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant, 2007). Esses espaços têm como objetivo proteger o Parque no sentido de minimizar o impacto ambiental, pela concentração, em pequena área do Parque, das atividades e equipamentos necessários à sua manutenção e a administração. No Parque Flamboyant essa zona compreende uma área de 27.317,93 m<sup>2</sup> a qual se encontra entre os lagos e as bordas das Ruas 15, 56 e 73 (figura 18).



**Figura 18:** Zona de uso restrito do Parque Flamboyant

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Parque Flamboyant - 2007

#### 2.2.2.7 Capacidade de carga

A capacidade de carga de um Parque refere-se ao potencial de visitação do público sem comprometer a sua integridade natural e subsistência, é sempre revisada e adequada à realidade e está diretamente relacionada aos aspectos ecológicos, à infra-estrutura e aos fatores bióticos e abióticos da área. Quando elaborado o Plano de Manejo no ano de 2007 foi definida para o Parque Flamboyant uma capacidade de carga de 400 pessoas para visitação nos espaços de circulação de 14.442,06 m<sup>2</sup>. Nos espaços educacionais e culturais, 300 pessoas. Somando-se o número de pessoas por m<sup>2</sup> que cada área comporta, obtêm-se um total de 700 pessoas em todas as áreas internas do parque que podem ser utilizadas.

Com localização privilegiada, desde a sua inauguração o Parque Flamboyant é considerado Cartão Postal da cidade, “o parque nasce com a imagem de cartão postal de Goiânia” (SILVA e ALMEIDA, 2010, p.494). Contam com dois lagos (com fonte luminosa), parque infantil, quatro pontes de madeira, quiosques, mirante, estação de ginástica, cascata, fonte, bosque, pista de caminhada, ciclovia e jardim japonês.

#### 2.2.2.8. Imagens sobre o Parque Flamboyant

No caso do Parque Flamboyant, a imagem está relacionada à idéia de paisagem espetáculo. “Uma paisagem que não está associada à experiência, a vivência, as relações cotidianas e a identidade dos usuários com o lugar. Mas à

beleza e a magnitude da imagem exposta aos olhares e à admiração urbana.” (MENESES, 2002, p. 48).

Em conseqüência dessa forma de representação do parque acaba desmaterializando a paisagem e, assim reduzindo-a aos “signos criados e estimulados pelos meios de comunicação, que fazem com que determinadas representações substituam toda e qualquer experiência real com os lugares” (SILVA e ALMEIDA, 2010, p.494).

Observa-se também que os Parques urbanos são representados, por determinados grupos de moradores, como é o caso do Lago das Rosas, em Goiânia, que representa para grande parte de seus frequentadores uma lembrança do passado, a relação do Setor Oeste com o Setor Campinas.

No caso do Parque Flamboyant sua localização em bairro nobre, rodeado por prédios novos e construções que expressa um estilo de vida da classe alta, há uma identificação entre os usuários mediada pelo mesmo padrão de consumo, padrão cultural e econômico.

### 2.2.3 Bosque dos Buritis

Situado no Setor Central e limitado pelo Setor Oeste, O Bosque dos Buritis foi proposto no Plano Original da cidade de Goiânia no ano de 1933, com uma área de 40 ha. Conta atualmente com uma área aproximada de 124.800 m<sup>2</sup>, incluindo a Assembléia Legislativa, o Museu de Arte de Goiânia e o Centro Livre de Artes da Prefeitura.

Ao elaborar o Plano da cidade de Goiânia, o urbanista Atilio Corrêa Lima, afirmou que o Buritizal, localizado na extremidade da Rua 26, será transformado em pequeno parque. “Para isso será necessário drená-lo, convenientemente, conduzindo as águas para o talvegue, em canal descoberto tirando partido deste para os efeitos de pequeno lagos decorativos” (AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis, 2005).

Afirmou ainda que o referido “parque denominado dos Buritis se estenderá por faixas ao longo do talvegue e medirá 50 metros para cada lado deste, no mínimo, formando o que os americanos denominam *Park-Way*” (AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis, 2005).

No entanto, a descaracterização da área do parque iniciou-se desde a ocupação da cidade, no final da década de 30, e intensificando-se na década de 40, quando ocorreu a doação da área, pelo governo do Estado, aos colégios Atheneu Dom Bosco e Externato São José. Além disso, ocorreu a implantação do Setor Oeste e posteriormente o Setor Marista, o que reduziu a área do Bosque dos Buritis em 70%, configurando-se definitivamente no desenho atual da área.

O Bosque tem a sua história contada em placas dispostas em sua área de circulação, como pode ser observado pela figura 19.



**Figura 19:** História do Bosque dos Buritis - origem

**Fonte:** Foto do autor da dissertação

#### 2.2.3.1 Estrutura urbana e usos do solo no entorno

O levantamento da estrutura urbana, instalada na faixa de entorno do Bosque dos Buritis, comprovou a natureza predominantemente residencial dos bairros localizados ao seu redor. Entretanto, existem também escritórios e pequenos locais comerciais e de serviços pessoais.

#### 2.2.3.2 Solo

O solo do Bosque dos Buritis encontra-se quase totalmente descaracterizado. Primitivamente predominava um solo argilo-arenoso, rico em matéria orgânica que tinha sua origem nos processos de deposição aluviocolumial,



vinculados à evolução pedogenética periférica. Esta característica se deve ao fato, de que todo o vale, tinha uma cobertura florestal de mata. Observa-se atualmente, a introdução de novo material, tanto pela ação das enxurradas, quanto em virtude da ação humana que ocorreu com muita intensidade, ao longo dos anos.

### 2.2.3.3 Paisagem natural

#### Os olhos d'água dos Buritis

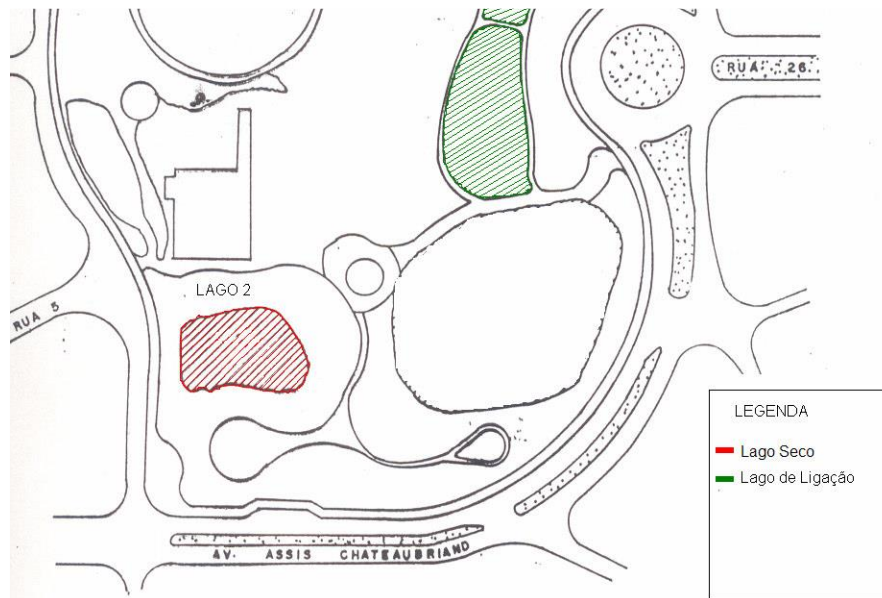
Há vários anos, trafegava em meu carro pela Alameda dos Buritis, tendo a meu lado o querido e saudoso professor Colemar Natal e Silva. Passávamos em frente à Assembléia Legislativa quando ele me confidenciou: - Quando estávamos escolhendo o sítio para construção da nova capital eu, ajoelhado e com as mãos em concha, bebi água desse “corregozinho” que passa aqui pelo Parque dos Buritis. (Maria do Rosário Cassimiro, educadora e escritora. Membro do Conselho Estadual de Educação. É ex-reitora da Universidade Federal de Goiás e da do Tocantins, e ex-presidente da Academia Goiana de Letras *in*: AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis, 2005)

O “corregozinho” citado por Colemar Natal e Silva para Maria Cassimiro no texto acima é a principal nascente do córrego buritis, fica na quadra onde se localizam os clubes dos Sargentos, dos oficiais e de engenharia, próximo da Avenida 136, no setor Marista. Sua canalização ocorreu por volta da década de 1960 e chega ao Bosque dos Buritis em uma bica d'água.

O Bosque dos Buritis possui três lagos ornamentais, com coloração verde oliva.

O primeiro lago a ser construído foi o próximo ao monumento no meio do Bosque, na década de 80. Este lago 1 situa-se em frente ao Palácio da Justiça, em sua região central apresenta uma fonte luminosa com chafariz, cujo jato d'água atinge cerca de 50 m de altura. A jusante do lago 1 segue uma cascata pela qual a água escoava para um canal, quando o nível da mesma excede a altura máxima de saída do lago (figura 20).

O lago 2, localizado atrás da casa da administração, foi desativado em função de pouca vazão de água para o seu funcionamento.



**Figura 20:** localização do lago 1 e lago 2 no Bosque dos Buritis  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis – 2005

O lago 3 situa-se atrás da Assembléia Legislativa e é abastecido pelo canal de escoamento do lago 1. No percurso do canal até o lago 3, há três minas que contribuem para o abastecimento do mesmo, além das nascentes dentro do próprio lago.

#### 2.2.3.4 Fauna

Por se tratar de um Bosque antigo ocorreram, no decorrer dos anos, mudanças na fauna do Bosque dos Buritis. “Na década de 70 foi registrado no Bosque um jacaré-açu (*Melanosuchusger*), que viveu na área por vários anos, por nome de Fidalgo, onde dividia os ovos dos patos com os mendigos, que viviam no Bosque” (AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis, 2005, p.53). De acordo com entrevistas com moradores, nesta época foi possível visualizar 180 tipos de aves, onde aos poucos foi reduzindo para 50, no final da década de 80.

No Bosque dos Buritis foram registradas quarenta e sete (47) espécies de aves, cinco (5) espécies de répteis e duas (2) espécies de anfíbios, todos bem comuns e adaptados a ambientes urbanizados. Foram identificados sete (7) espécies de peixes, das quais duas dessas são exóticas, a *Tilápia rendalli* (Tilápia) e *Cyprinus carpio* (carpa). (AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis – 2005)

Segundo dados da AMMA contidos no Plano de Manejo do Bosque de 2005 a fauna do parque está assim composta:

**a) Classe Aves:** Martim-pescador-pequeno, Martim-pescador-grande, Pato Ganso, Marreco, Garça, Dorminhoca, Socozinho, João Bobo, Urubu, Pombo- doméstico, Asa-branca, Pomba-amargosa, Rolinha, Rolinha-fogo-apagou, Anu- preto Anu-branco, Alma de Gato, Tiziu, Quiriquiri, João-de-barro, Andorinha, Andorinha-do-bando, Pássaro Preto, Udu, Sabiá-do-campo, Biguá, Picapauzinho, Picapau-de-topete-vermelho, Pica-Pau, Pardal, Mergulhão, Periquito, Maritaca, Saracura-três-potes, Vi-vi, Sabiá-laranjeira, Bem-te-vi, Nei-nei, Suiriri-pequeno e Suiriri (figura 21).



Pica-Pau



Pardal

**Figura 21:** Pica- Pau e Pardal

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis - 2005

- b) Classe Reptilia:** Cágado, Cobra-cipó, Lagartixa doméstica, Papa vento e Calango.
- c) Classe Peixe:** Tambaqui, Tilápia, Bagre africano, Carpa e Aruanã.
- d) Classe Amphibia:** Pereca-de-banheiro, Rã-cachorro.
- e) Classe Mammalia:** Mico-estrela e Gambá.

#### 2.2.3.5 Flora

A vegetação do Bosque dos Buritis, na década de 30, antes de ser antropizada, era formada por buritizais e veredas. Vegetação comum ao longo dos fundos de vales no Brasil Central.

As espécies arbóreas mais representativas encontradas no Bosque são:

- *Didymopanax morototoni* Aubl. (mandiocão)
- *Apuleia molaris* Spruce.(Garapa)
- *Hymenaea stilbocarpa* Hayne(Jatobá)
- *Piptadenia peregrina* Benth(angico)
- *Platycium regnelli* Benth(Boldo)
- *Callisthne microphylla* Warm(João farinha)
- *Copaifera langsdorffii* Desf (pau-d'óleo)

- *Platypodium elegans* Vog. (Jacarandá canzil)
- *Vochyzia haenkeana* Mart. (escorrega macaco)
- *Astronium fraxinifolium* Schott (Gonçalo)
- *Qualea grandiflora* Mart.(pau terra da folha larga)(AMMA/Plano de Manejo, 2005, p.65).

#### 2.2.3.6 Infraestrutura e equipamentos

No acesso ao Bosque pela Alameda dos Buritis, encontra-se um pórtico em metal e alumínio, com a iluminação de dois holofotes fixados dentro das floreiras. Existem quatro portões de 90 centímetros de largura para acesso e alambrado verde cercando todo o Bosque. Próximo, ao monumento da Paz encontra-se o Anfiteatro de concreto. Próximo ao lago 2 existe vários bancos e mesinhas e foram instalados bebedouros e lixeiras em todo o bosque. O antigamente denominado lago 2, localizado por trás da administração, foi desativado e replantado com buritis, resgatando a vegetação inicial do bosque. A mata, Zona de Proteção Integral, possui a cerca de arame liso, de 1600 metros.

Os espaços de circulação no Bosque são identificados como: Caminho Principal, o trecho entre o portão 1 (Alameda dos Buritis) e o Monumento da Paz levando à rua 1, é também o caminho de ligação entre o lago 2 e o lago 3. Caminho Secundário, trecho entre portão 2 (Alamedas dos Buritis), levando até o caminho de ligação entre os lagos. Caminho do Lago 1, o que circunda esse lago e Caminho do Lago 3, que circunda o mesmo.

As trilhas naturais serão identificadas assim:

- Trilha que liga por dentro da mata ao portão 2, com percurso próximo da cerca do limite do parque com a Alameda dos Buritis. Se ramifica em duas outras trilhas que, levam ao lago 2.
- Trilha que começa no recanto dos bancos e termina próximo ao lago 3. Possui uma rotatória no meio da trilha.
- Trilha situada acima do lago 1, com um acesso próximo ao ponto de ônibus da Avenida Assis Chateaubriand, com um pequeno portão instalado.

No entorno do bosque foi instalado um calçamento externo, para as atividades de lazer e esportes, além do passeio diário de pedestres. É um espaço de uso intenso, especialmente nas manhãs e tardes, com práticas esportivas.

Dentro do Bosque dos Buritis encontra-se o Centro Livre de Arte (CLA) órgão da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Goiânia, que oferece atividades artísticas e culturais para toda a população da cidade (Figura 22).



**Figura 22:** Museu de Arte de Goiânia (MAG)

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis - 2005

Monumento da Paz (Figura 23), na área circular, próximo a casa de administração, instalado em 1988, concebido pelo artista plástico Siron Franco, contendo terras de 17 países de cinco continentes.



**Figura 23:** Monumento à Paz

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis - 2005

O Teatro de Arena se destina a ensaio de pequenas apresentações culturais. O Bosque conta também com Fonte Luminosa (Figura 26), Parque Infantil e Área de Alimentação (placa indicativa – figura 24 e 25).



**Figura 24:** Placa indicativa do Bosque dos Buritis

**Fonte:** Foto do autor da dissertação



**Figura 25:** Placa indicativa Bosque dos Buritis

**Fonte:** Foto do autor da dissertação



**Figura 26:** Fonte Luminosa

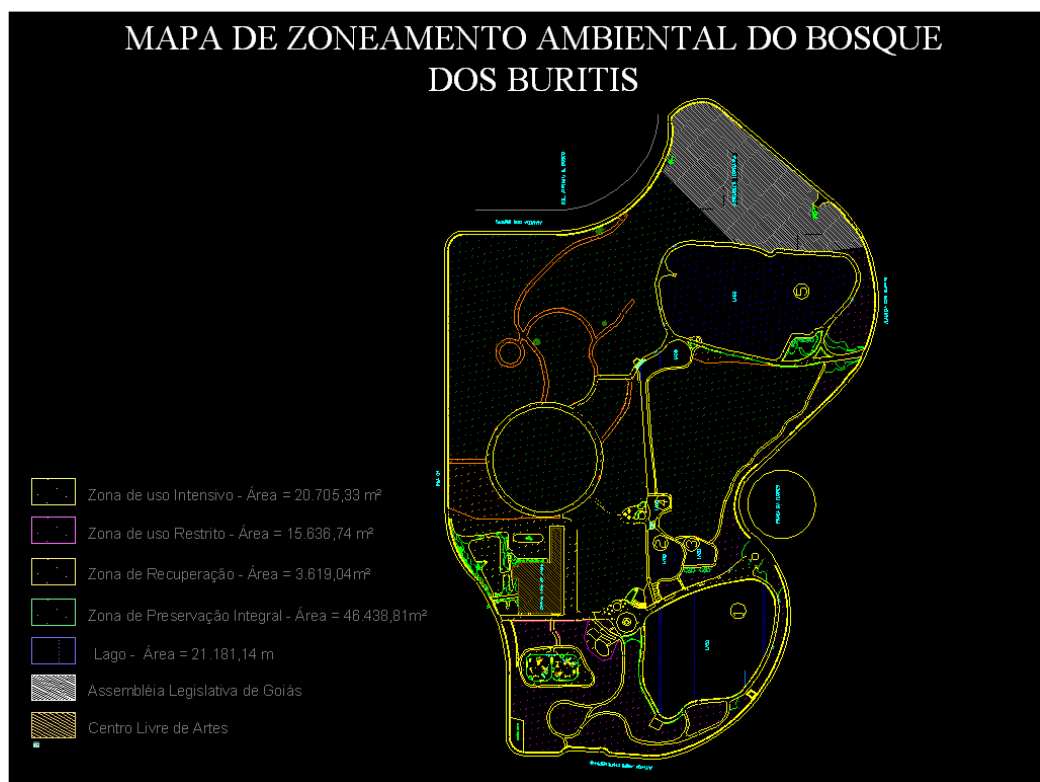
**Fonte:** Foto retirada pelo autor da dissertação

### 2.2.3.7 Zoneamento

A área total da zona de uso intensivo é 20.705,33m<sup>2</sup>.

A zona de recuperação compreende 3.619,04 m<sup>2</sup>.

Zona de preservação Integral com uma extensão de 46.438,81m<sup>2</sup>.



**Figura 27:** Mapa de zoneamento ambiental do Bosque dos Buritis

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis – 2005

### a) Zona de uso intensivo

A zona de uso intensivo do Bosque dos Buritis (Figura 28) tem 20.705,33m<sup>2</sup>. Inclui à pista de caminhada, a área próxima ao museu de Artes e o Centro Livre de Artes, os caminhos dentro do Bosque e a área próxima a Administração. A pista de caminhada, que contorna todo o Bosque, possui um perímetro de 1.510m.



**Figura 28:** Zona de uso intensivo

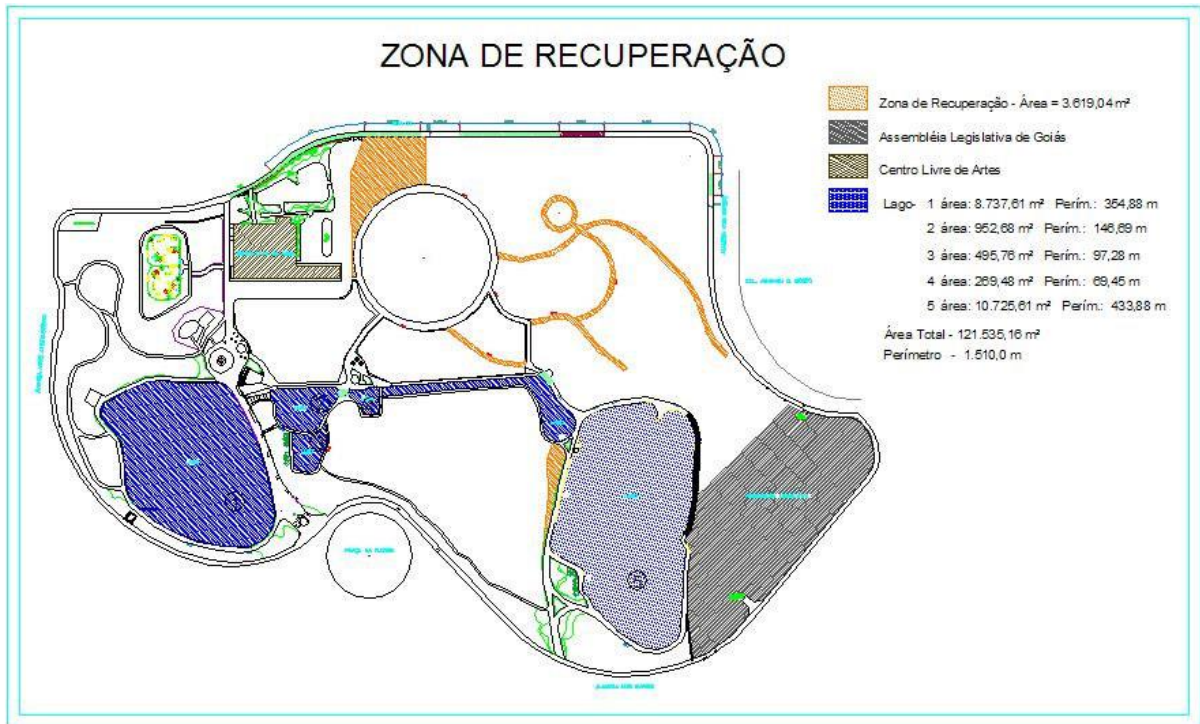
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis - 2005

### b) Zona de recuperação

Abrange algumas trilhas que deixaram de existir, o lago 2 atualmente seco, o estacionamento próximo ao Museu de Artes e o Centro Livre de Artes. A área total da zona e recuperação (Figura 29) compreende 3.619,04 m<sup>2</sup>. Essa zona encontra-se atualmente toda reflorestada com plantas nativas, cuja manutenção necessita de cuidado intenso.

A área apresenta um grande potencial para o futuro, pois, uma vez recuperada, irá incorporar a zona de preservação integral, aumentando assim a extensão da mata, que é considerada um resquício da flora original de Goiânia e melhorará a permeabilidade do solo ajudando as nascentes.



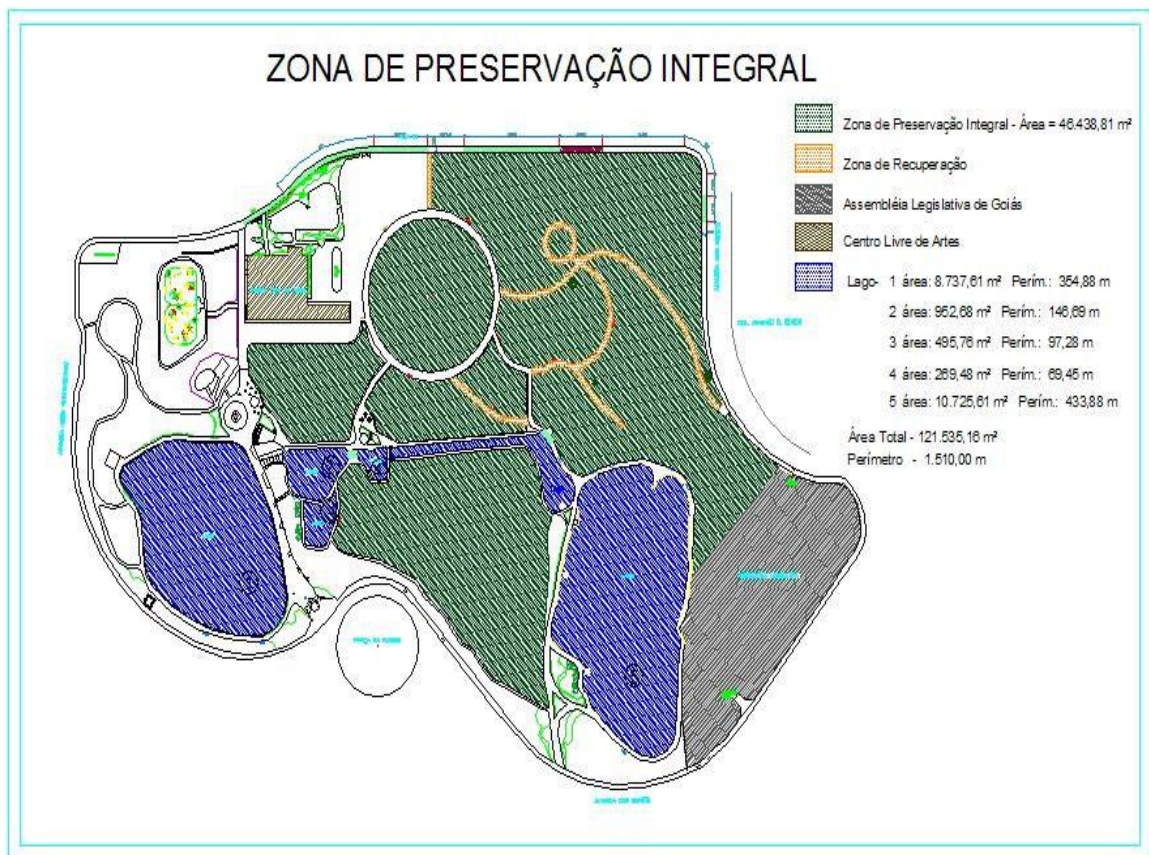


**Figura 29:** Zona de recuperação

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis - 2005

### c) Zona de preservação integral

Compreende a mata, com uma extensão de 46.438,81m<sup>2</sup>. Incluindo os lagos e as nascentes do córrego Buriti. Essa zona limita-se com a zona de uso restrito e uma parte da zona de uso intensivo (Figura 30).



**Figura 30:** Zona de preservação integral

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo do Bosque dos Buritis - 2005

#### 2.2.3.8 Capacidade de carga

A capacidade de carga do Bosque dos Buritis, nos espaços de circulação com 20.705,33 m<sup>2</sup>, é prevista para a visitação de 600 pessoas. Nos espaços educacionais e culturais, 200 pessoas. Desta forma o número total de pessoas que a soma das duas áreas internas do parque comportam é de 800. Esta capacidade de carga do bosque será sempre revisada e adequada às novas realidades de demanda.

#### 2.2.3.9. Imagem do bosque na cidade

Inserido em um ambiente totalmente urbanizado, o Bosque dos Buritis é o patrimônio paisagístico mais antigo de Goiânia, é um resgate do plano original da cidade e apresenta características específicas. Sua área original foi muito deteriorada no decorrer dos anos em decorrência de invasões e a poluição.

A região do entorno do Bosque apresenta uma qualidade urbana considerada muito boa, tanto do ponto de vista de investimento público (serviços públicos, pavimentação das ruas, etc), como dos investimentos particulares (edifícios novos, conservação das residências, etc).

#### 2.2.4 Parque Taquaral

O Parque Taquaral Doracina dos Santos Soares (figura 31) localiza-se no Residencial Goiânia Viva, região Oeste da cidade. Na década de 30, época de inauguração da Nova Capital, esta região constituía-se em área rural e o córrego Taquaral, era chamado de córrego Rio Bonito. Criado na aprovação do loteamento do Decreto n.º 2005, de 25 de julho de 1995, Diário Oficial n.º1468, Lei Municipal n.º 6.063, de 19 de dezembro de 1983, com o objetivo de preservar o córrego Taquaral e sua mata ciliar, que foi fragmentada ao longo dos parcelamentos e ocupações indevidas.

Com os inúmeros parcelamentos que surgiram no município de Goiânia o Parque passou por uma fase de abandono, período que deixou marcas pela violência e consumo de drogas que ocorriam no local, inclusive a morte trágica da senhora Doracina, por pessoas criminosas, que frequentavam o Parque.

A partir da legalização da área e da conscientização da população, da melhoria da infra-estrutura da prefeitura, da retirada do lixo, da vigilância contínua e do plantio de árvores nativas da região, se foi criando assim uma área agradável de ser contemplada (AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006). Em 2005 foram realizados mais plantios e a posse de um gerente responsável pela administração do Parque e a elaboração do projeto do Parque Taquaral, permitiram que fora efetivado em março de 2006.

Com a instalação da pista de caminhada, a ponte interligando as áreas, a construção da administração do Parque, áreas de esporte e os centros de convivência, se proporcionou á comunidade um local seguro e prazeroso de convívio social da comunidade do Residencial Goiânia Viva.



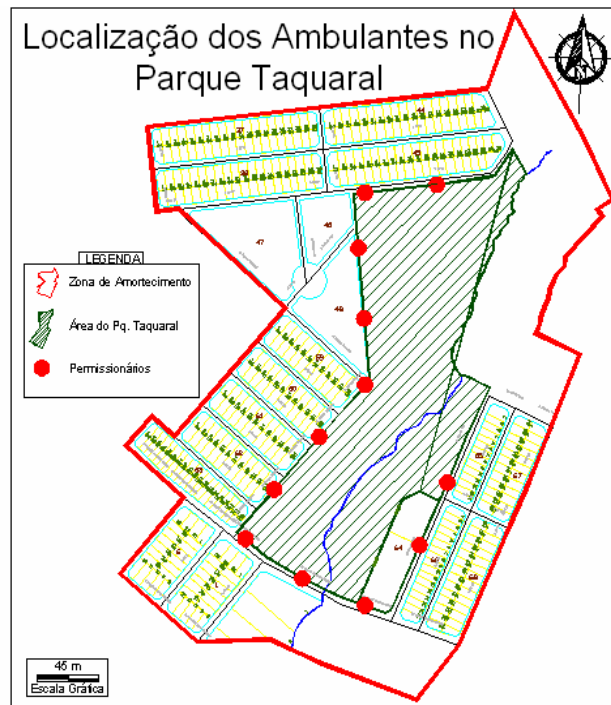
**Figura 31:** Imagem aérea Parque Taquaral - 1991

**Fonte:** Foto do autor da dissertação

#### 2.2.4.1. Estrutura urbana na faixa de entorno

Conforme levantamento feito pela Prefeitura de Goiânia a estrutura urbana instalada na faixa de entorno do Parque Taquaral, constatou a natureza predominantemente residencial dos bairros localizados ao seu redor (AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006).

Com a inauguração do Parque a secretaria de meio ambiente, junto a SEDEM (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) fez seleção dos futuros permissionários da área, já estipulando as regras de acordo com a instrução normativa estabelecida pela SEMMA, o Código de Posturas do Município, no que se refere aos permissionários e as regras da SEDEM, limitando a instalação de 12 (doze) ambulantes no entorno do Parque (Figura 32), com renovação de cadastro anual, mediante comportamento adequado diante de uma unidade de conservação e participação em cursos de capacitação para o melhor entendimento das regras do Parque e compreensão do ecossistema que envolve a área (AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006).



**Figura 32:** Localização dos ambulantes no Parque Taquaral

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006.

#### 2.2.4.2. Solo

Na área do parque ocorrem os solos hidromórficos, com relevo plano a suave ondulado, pouco desenvolvido e presença de lençol freático próximo à superfície parte do ano. Existem áreas que foram desmatadas, atualmente sofrem processos de erosão e fazem parte das áreas de recuperação do plano de manejo do parque (Figura 33).



**Figura 33:** Vista do solo do Parque Taquaral

**Fonte:** Foto do autor da dissertação

#### 2.2.4.3 Paisagem

Localizado na região oeste de Goiânia no Residencial Goiânia Viva, a área do parque é banhada pelo córrego Taquaral, o qual apresenta uma floresta de galeria bastante alterada, descaracterizada e estreita, onde ainda em alguns pontos está presente a palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.). O fato de ser uma região muito urbanizada por áreas residenciais, ocasionou a alteração profunda da flora primitiva que existia na área onde se encontra atualmente o parque (AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006).

A vegetação apresenta características de Floresta Estacional Semidecidual e Floresta de Galeria, com uma extensão de 47.176 m<sup>2</sup> que correspondem a 43 % da área do parque, com um total de 109.655,00 m<sup>2</sup> (AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006).



**Figura 34:** Córrego Taquaral

**Fonte:** Foto do autor da dissertação

#### 2.2.4.4 Fauna

Como nos dois parques já analisados, a fauna do Parque Taquaral de maior representatividade e frequência é o grupo da avifauna, devido a que várias espécies visitam outros lugares distantes e também porque permitem a sua observação com facilidade. Ainda existem espécies de repteis, batráquios, mamíferos e aves diversas como as seguintes:

##### **a) Classe Reptilia**

Coral- falsa, jararaca, Lagartixa doméstica, calango, bico-doce, rã-cachorro, rã-manteiga, rã-pimenta e Perereca.

##### **b) Classe Mammalia**

mico-estrela, gambá

##### **c) Classe Aves**

Martim- pescador, quero-Quero, pombo- doméstico, rolinha, anu- preto, anu- branco, alma-de-gato, Cambacica, pica-pau-pequeno, João-de-barro, pássaro preto, udu, periquito, maritaca, frango-d'água, tucano, saí-Andorinha, curicaca, choca-Barrada, beija-flor-de-veste-preto (Figura 35), beija-flor-do-rabo-branco, sabiá-laranjeira, pitiguari, bem-te-vi.



**Figura 35:** Beija-flor-de-veste-preto  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006.

#### c) **Classe Peixes**

Lambari

#### 2.2.4.5 Flora

A floresta de galeria do córrego Taquaral é a característica predominante da flora na área do parque. Embora já esteja bastante alterada e descaracterizada pela pressão das áreas urbanizadas do entorno e da população nelas residentes, ainda existem diversas espécies de árvores nativas e em alguns pontos com agrupamentos de indivíduos de Buritis. A vegetação tem características de Floresta Estacional Semidecidual.

Originalmente, a área era revestida de mata nativa, onde segundo os moradores, existia uma grande fazenda do senhor Tônico Toqueira que passou depois para o senhor Lourival Lousa. A região próxima ao córrego tinha lavoura de arroz, milho, hortaliças, etc. Existiam também árvores frutíferas, como jabuticaba, jambo e bananeira. Na década de 90, houve uma substituição destas plantas por árvores nativas da região, como o Jatobá, Jerivá, Manacá-de-cheiro, Nó-de-porco e muitas outras. Ainda no Parque existe a presença de árvores frutíferas, como a goiabeira (Figura 36). (AMMA/Plano de Manejo do Parque Taquaral, 2005).





**Figura 36:** Arborização do Parque Taquaral  
**Fonte:** Foto do autor da dissertação

#### 2.2.4.6 Infraestrutura e equipamentos

A infraestrutura do Parque Taquaral é composta por pista de caminhada, ponte interligando as áreas (Figura 37), pista de cooper, parque infantil, estação de ginástica, administração do parque, áreas de esporte e os centros de convivência, proporcionando a comunidade um local seguro e prazeroso de convívio social da comunidade do Residencial Goiânia Viva.



**Figura 37:** Ponte interligando as duas áreas  
**Fonte:** Foto do autor da dissertação

#### 2.2.4.7 Zoneamento

O zoneamento do Parque Taquaral (Figura 38) está assim definido:

- a) Área total 113.940,22 m<sup>2</sup>;
- b) Perímetro 1.924,28 m<sup>2</sup>;
- c) Zona de proteção integral 57.065,68 m<sup>2</sup>;
- d) Zona de uso intensivo 11.142,67 m<sup>2</sup>;
- e) Zona de uso restrito 7.296,85 m<sup>2</sup>;
- f) Zona de recuperação 37.358,66 m<sup>2</sup>.



**Figura 38:** Mapa de zoneamento do Parque Taquaral

**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006.

#### a) Zona de uso restrito

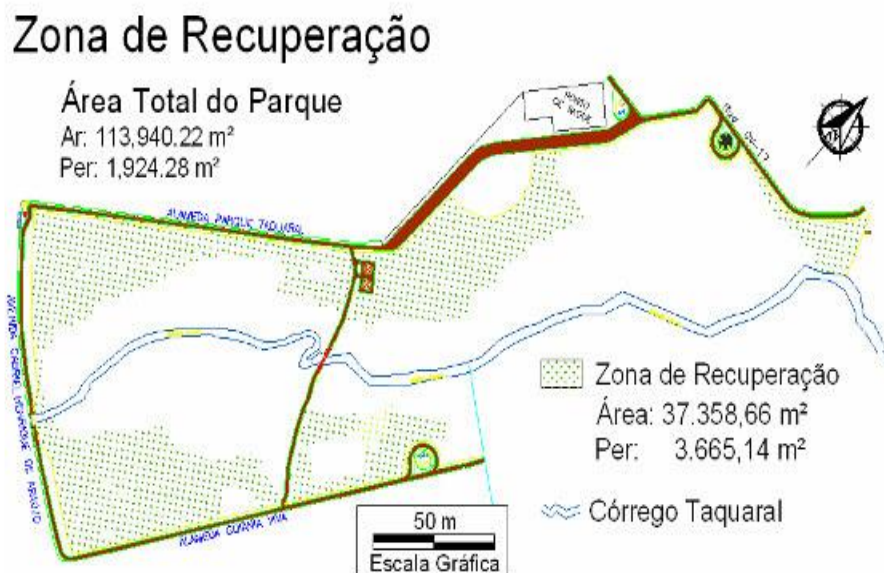
Essa zona compreende os espaços no entorno do córrego, os jardins e as trilhas interpretativas, com acesso ao público controlado e à administração. A área apresenta um total de 7.296,85 m<sup>2</sup> (Figura 39).



**Figura 39:** Zona de uso restrito do Parque Taquaral  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006.

#### b) Zona de recuperação

A zona de recuperação do Parque Taquaral (Figura 40) é composta por áreas que sofreram considerável alteração humana. Esta zona é considerada provisória e uma vez seja restaurada será incorporada em uma das categorias permanentes.



**Figura 40:** Zona de recuperação do Parque Taquaral  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006.





**Figura 42:** Zona de proteção integral do Parque Taquaral  
**Fonte:** AMMA/Plano de Manejo Parque Taquaral – 2006.

#### 2.2.4.8 Capacidade de carga

No Parque Taquaral a capacidade de carga prevista nos espaços de circulação é de 1000 pessoas. Nos espaços educacionais e culturais, 400 pessoas. Desta forma a capacidade total de carga em todas as áreas internas que podem ser utilizadas no parque é de 1.400 pessoas. Esta é a maior capacidade dentre os três parques analisados.

### **CAPÍTULO III**

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho foi realizado com diferentes atividades de pesquisa. Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica visando evidenciar os conceitos básicos que subsidiam os estudos ambientais, tais como, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e parques urbanos. De forma complementar foi realizada pesquisa documental abordando os relatórios oficiais de conferências internacionais que tem sido determinantes na orientação das políticas públicas nacionais, bem como foram analisados documentos oficiais e Leis nacionais que estabelecem as normas ambientais do país, particularmente a Constituição Federal e a Lei 6.938/81 que criou o SISNAMA e teve como objetivo subsidiar as análises e as orientações dos assuntos ambientais locais.

Com relação aos parques, como objeto específico desta dissertação, foram abordados elementos teóricos e conceituais sobre estas unidades ambientais urbanas, seus elementos constitutivos, bem como seu papel sócio-ambiental na qualidade de vida nas cidades.

Para o conhecimento e compreensão das políticas para o meio ambiente em Goiânia, foram analisados os documentos oficiais que definem a orientação de políticas ambientais municipais e particularmente as iniciativas específicas sobre os Parques urbanos de Goiânia. Neste sentido destacam-se a Lei Complementar n. 171/ 2007 que aprova o Plano Diretor do município e também o Relatório do Plano Diretor de Arborização Urbana de Goiânia da Agência Municipal do Meio Ambiente elaborado pela AMMA, 2008.

Finalmente, foram selecionados os três parques que correspondem a três setores urbanos e sociais diferentes, com base nos quais se realizou uma abordagem qualitativa utilizando-se de técnicas e procedimentos de estudo de caso, que é “caracterizado por ser uma pesquisa que tem como objeto de investigação uma entidade bem definida (MENDONÇA, ROCHA, NUNES, 2008, p. 39).

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

O Universo da pesquisa, definida no início do estudo, foram 3 Parques urbanos da cidade de Goiânia, situados em regiões e setores sociais diferentes. Ao definir os Parques a serem pesquisados tomou-se como referência a localização, sendo um em bairro nobre, novo e em franco desenvolvimento; o segundo em um setor tradicional, antigo e mais conservador da cidade e, por fim, o último situado em um bairro periférico, o residencial “Goiânia Viva”. Com esta opção procurou perceber como as diferentes camadas sociais expressam o seu conhecimento, sentimento e relação com o meio ambiente e com os parques urbanos.

### **3.1 Amostra da pesquisa**

O primeiro passo para se realizar uma análise social é definir os sujeitos sociais que serão pesquisados, ou seja, definir a amostragem da pesquisa.

Neste estudo, a amostra foi definida em consonância com a abordagem qualitativa, que para Minayo (2001), “todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. Ainda segundo a autora P pode ser considerada uma amostra ideal aquela que reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo. A amostragem boa é, portanto, aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições.

Outro ponto importante para definição da amostra é saber quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema investigado. Afinal, são as pessoas mais envolvidas no problema que normalmente serão mais relevantes para a pesquisa qualitativa.

A Amostragem qualitativa:

- a) privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer;
- b) considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta;
- c) entende que na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças;

d) esforça-se para que a escolha do lócus e do grupo de observação e informação contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa (MINAYO, 2001, p.102).

Para a definição da amostragem, realizou-se antes uma observação assistemática que “não há planejamento e controle previamente elaborados” (Mendonça, Rocha, Nunes, 2008, p. 39), com o objetivo de perceber a média diária de usuários nos 3 parques urbanos pesquisados. Também, a leitura do Plano de Manejo dos referidos parques, contribuiu para a percepção do número aproximado de visitantes. Pela observação, percebeu-se que a frequência nos parques urbanos no decorrer da semana é diferente da frequência aos finais de semana.

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir e identificar os problemas, analisando-os, discriminando as necessidades prioritárias e propondo ações mais eficazes (CHIZZOTTI, 1991). A representatividade da amostragem não é numérica e pode “ser considerada uma amostra ideal aquela que reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo. A amostragem boa é, portanto, aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições” (MINAYO, 2001, p.102).

Para a autora outro ponto importante para definição da amostragem é saber quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema investigado. Afinal, são as pessoas mais envolvidas no problema que normalmente serão mais relevantes para a pesquisa qualitativa.

Considerando as leituras acima e os objetivos propostos nesta dissertação se definiu a amostragem identificando os sujeitos sociais da pesquisa nos 3 parques, que foram: pessoas usuárias dos parques urbanos pesquisados e que possuem uma frequência regular no decorrer da semana ou aos finais de semana. Realizou-se 240 entrevistas, sendo 80 em cada parque, pesquisando 20 pessoas por dia, na segunda, quarta, sexta e domingo. Este número de 80 entrevistas por parque foi definido conforme questionário teste aplicado em um parque no decorrer da semana. Não ocorreu na definição do número de entrevistas realizadas a pretensão de uma representatividade estatística, mas a compreensão de uma abordagem qualitativa em que o processo e seu significado são os focos principais da abordagem.



### 3.2 Coleta de dados

A entrevista de pesquisa representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, Lakatos e Marconi (1993, p. 196-201) ressaltam que “na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”.

A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, assim, nesta investigação os dados foram gerados por meio de uma entrevista semi-estruturada com questões fechadas e abertas, por ser este o instrumento mais apropriado para a pesquisa qualitativa. Sobre esse recurso, Gil (1995, p. 113) afirma que o pesquisador pode formular perguntas ao entrevistado com o objetivo de obter dados que interessam à investigação e que a entrevista é uma forma de interação social e uma forma de diálogo em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Foram aplicados dois questionários com objetivos diferenciados: o primeiro foi estruturado com dois assuntos que tiveram como objetivo identificar a percepção dos usuários dos parques na perspectiva socioambiental de preservação e garantia de qualidade de vida. O segundo questionário buscou identificar o perfil sócio-econômico dos freqüentadores dos parques urbanos.

No decorrer das entrevistas percebeu-se que há grande diferença entre os freqüentadores dos Parques Flamboyant Lourival Louza e Bosque dos Buritis nos dias de semana (de segunda a sexta-feira) e aos finais de semana (sábado e domingo). Realizou-se, portanto, entrevistas nestes dois períodos da semana para determinar tipos de usuários e as atividades realizadas com maior intensidade.

O Parque Flamboyant nos finais de semana recebe um número significativo de visitantes de outros bairros, inclusive de bairros de outras regiões. Entretanto o Bosque dos Buritis nos sábados e domingos não recebe os estudantes e freqüentadores que assistem durante a semana ao Centro Livre de Artes, sendo que aos finais de semana os visitantes do Bosque são as pessoas residentes nos Setores Oeste e Central.

### **3.3 Apresentação e interpretação dos resultados**

Após a tabulação dos questionários procedeu-se a sua sistematização e análise. Os resultados são apresentados em gráficos e textos no seguinte capítulo IV.

## CAPITULO IV

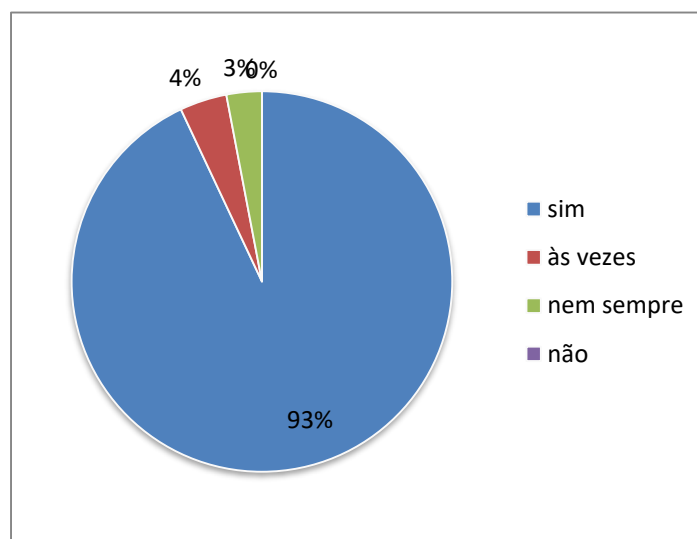
### PESQUISA REALIZADA COM OS USUÁRIOS DOS TRÊS PARQUES

É comum que revistas, jornais e a mídia em geral enfatizem a qualidade ambiental da cidade de Goiânia em decorrência da arborização, dos Parques urbanos e dos jardins. “As áreas verdes são utilizadas em cartões postais de Goiânia, e os parques são divulgados como lugares que representam a cidade, tornando-os símbolos e identificando-os como a principal característica da capital” (MOREIRA E SILVA, 2010, p. 7). Isso reflete de alguma maneira na procura da população pelos parques como principal fonte de lazer e descanso.

Para compreender a imagem que os usuários fazem dos Parques urbanos de Goiânia e relacioná-la à qualidade de vida que é divulgada sobre a cidade, se aplicaram 120 questionários, com duas questões, sendo 40 em cada parque.

Nesse sentido procurou-se investigar, qual é a opinião dos usuários sobre a contribuição dos Parques urbanos para a preservação ambiental e a qualidade de vida da cidade? O que é qualidade de vida? Os resultados mostram que 93% da população entrevistada nos 3 parques e bairros diferentes, considera que os parques urbanos contribuem com a preservação ambiental e a qualidade de vida na capital (gráfico 1).

**Gráfico 1:** Os Parques urbanos contribuem para a preservação ambiental e para a qualidade de vida?

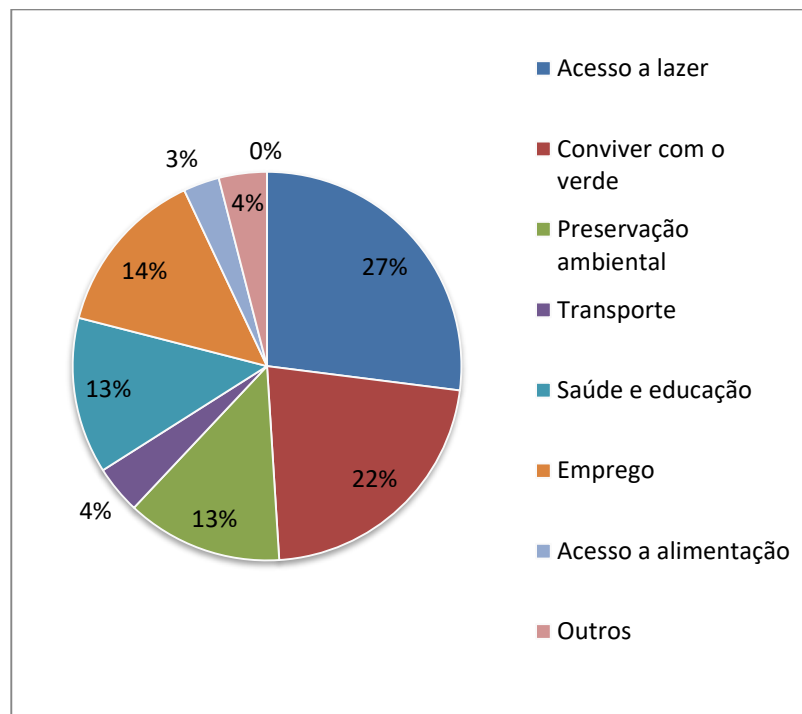


Fonte: Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Este resultado demonstra que a população percebe que os parques urbanos geram Qualidade de Vida (93%), no entanto, ao serem questionados sobre o que é qualidade de vida, o resultado é diferente. Os indicadores de qualidade de vida variam conforme a classe social dos freqüentadores dos parques e a localização dos mesmos, o que consubstancia os estudos sobre qualidade de vida que apontam que o referido conceito contém elementos objetivos e subjetivos, de cunho individual e social.

Nesse sentido a pesquisa sobre o conceito de qualidade de vida dos usuários nos 3 Parques apresentou o seguinte resultado: 27% a considera como acesso ao lazer, 22% conviver com o verde, 13% preservação ambiental. Outros já responderam que é bom emprego (14), a saúde e a educação de qualidade (13%), o transporte público de qualidade (4%), ter acesso à alimentação (3%). Os demais 4% deram outras explicações para o questionamento (gráfico 2).

**Gráfico 2:** O que é qualidade de vida para os entrevistados



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

A análise das respostas dos usuários por parque apresentou o seguinte resultado: dos 27% que considera o acesso ao lazer como indicativo de qualidade de vida 14% são usuários do Parque Flamboyant, 11% do Bosque dos Buritis e 2% do Parque Taquaral.

Com relação á pergunta se a preservação ambiental é sinônima de qualidade de vida, dos 22 % de entrevistados que responderam afirmativamente 12% são usuários do Parque Flamboyant, 6% do Bosque dos Buritis e 4% do Parque Taquaral. Essas respostas indicam que existe uma concepção diferente de qualidade de vida e preservação ambiental segundo as classes sociais predominantes nos três parques.

Os entrevistados do Parque Flamboyant são de classe A e B. Residentes há pouco tempo na região, uma vez que a valorização do Bairro é recente.

Os entrevistados no Bosque dos Buritis foram pessoas residentes no Setor Oeste (classe A) e freqüentadores do Centro Livre de Artes (classe B e C).

Os frequentadores do Bosque Taquaral apresentaram uma percepção conceitual diferente, uma vez que há uma diversidade de respostas: a qualidade de vida está correlacionada com o transporte coletivo de qualidade, saúde e educação, trabalho e alimentação. Estas respostas demonstram claramente as deficiências e dificuldades para a satisfação de necessidades básicas urbanas.

Desta maneira, a pesquisa expressa que o conceito de qualidade de vida é amplo, ele não se restringe às condições materiais, mas diz respeito a um horizonte para o qual seguem os anseios em direção a uma vida melhor, que para os usuários do Bosque Taquaral é transporte, saúde, educação e para os usuários do Bosque do Buritis e Parque Flamboyant assume outra feição ou seja, percebem valores sociais mais amplos como a relação com o meio ambiente.

Tal realidade expressa igualmente a diversidade de anseios da população no que se refere às políticas públicas municipais, segundo as classes sociais. Há um grau de satisfação implícita nas respostas dos visitantes do Parque Flamboyant e do Bosque dos Buritis. Os usuários do Parque Taquaral apresentaram diversas críticas e reclamações afirmando inclusive que “os parques da periferia não são iguais aos dos bairros nobres” (Questionário 3 anexo 1). Também expressaram que esta diferença está na manutenção, iluminação, segurança, na infraestrutura e, até nos visitantes. Essas opiniões são apresentadas a seguir no item 4.1.

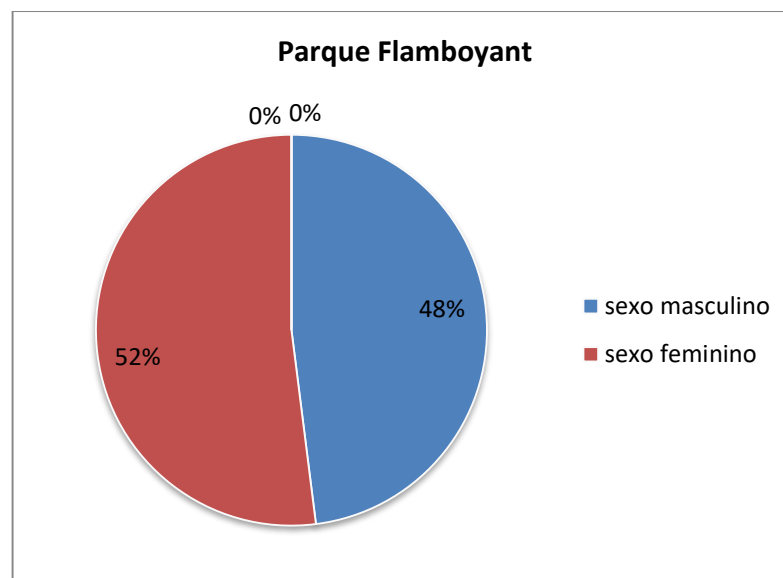
#### 4.1 Aspectos sócio-econômicos dos visitantes dos Parques Flamboyant, Bosque dos Buritis e Taquaral

Na segunda fase da pesquisa aplicou-se outro questionário em uma amostra de 40 usuários em cada parque, identificando sexo, faixa etária, nível de renda, a frequência que vai aos parques, os objetivos de utilização dos parques, a companhia com quem vai aos parques, pontos positivos do parque que frequenta, distância, meio de transporte, o que falta no parque e os elementos constitutivos de um parque ideal. O resultado desta pesquisa é analisado a seguir.

##### 4.1.1 Sexos das pessoas entrevistadas

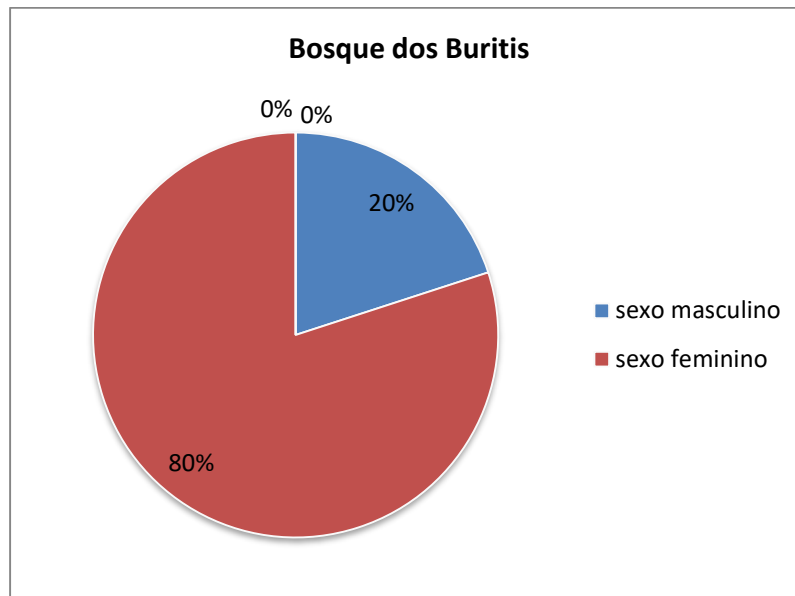
Das 120 pessoas entrevistadas nos Parques Flamboyant, Bosque dos Buritis e Parque Taquaral em sua maioria foram mulheres. Percebeu-se que existem mães passeando com crianças tanto no período da manhã como no período da tarde. As pessoas do sexo masculino em sua maioria estão realizando atividades físicas, o que os impediam de dar entrevistas, e muitos se recusaram.

**Gráfico 3:** Sexo dos entrevistados – Parque Flamboyant



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

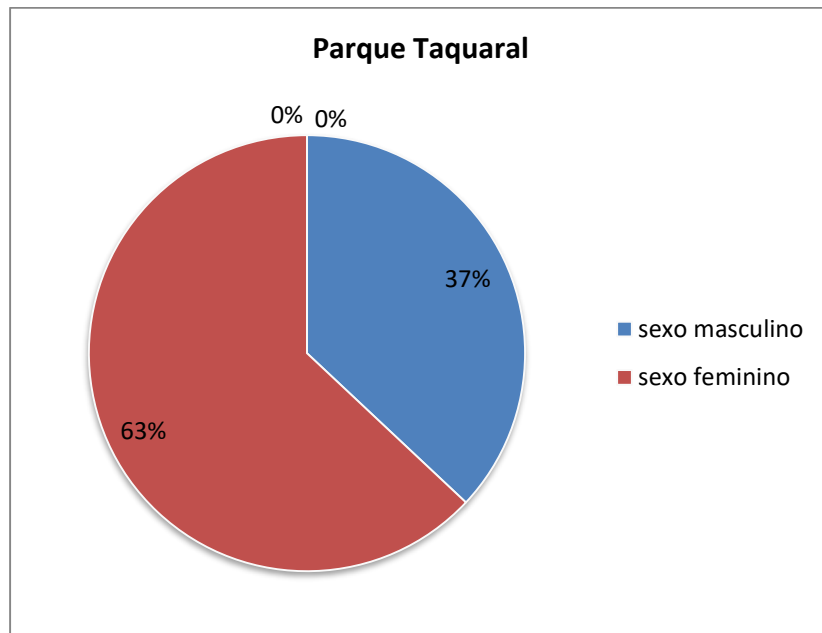
No Parque Flamboyant foram entrevistadas 40 pessoas, sendo 48% do sexo masculino e 52% do sexo feminino. A diferença é somente de 4% e pode-se afirmar que a assistência por gênero é bastante semelhante.

**Gráfico 4** : Sexo dos entrevistados Bosque dos Buritis

**Fonte:** Dados da pesquisa elaborados pelo autor

No Bosque dos Buritis, em sua maioria as pessoas entrevistadas foram do sexo feminino (80%). Houve dificuldades em entrevistar as pessoas que circulavam o Bosque pelo lado de fora, uma vez que estavam realizando exercícios físicos e não se dispuseram a dar entrevistas. Dentro do Parque há um número significativo de pessoas que buscam o Bosque para atividades de reflexão (aulas de tai chi chuan, alongamentos, atividades do centro livre de artes, dentre outros). Vale registrar que um entrevistado frequenta o Bosque desde 1993 ministrando aulas ao ar livre de adesão voluntária. Essas pessoas foram bastante acessíveis em dar entrevistas.

Também no Parque Taquaral a maioria dos entrevistados foram do sexo feminino (63%). A frequência ao Parque por pessoas do sexo masculino ocorre com maior frequência aos finais de semana. Um entrevistado esclareceu que a maioria dos habitantes que residem próximo ao parque trabalham a longas distâncias e que este fato impede maior frequência e uso das instalações.

**Gráfico 5:** Sexo dos entrevistados Parque Taquaral

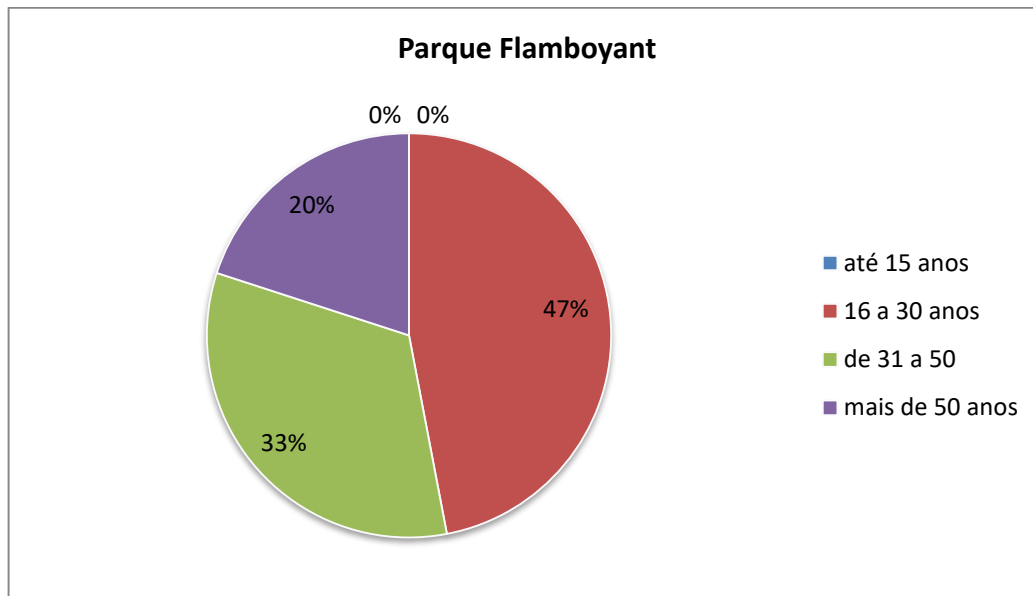
**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Pelos gráficos acima se percebe que há maior freqüência nos parques Flamboyant, Bosque dos Buritis e Parque Taquaral de pessoas do sexo feminino. As entrevistas foram realizadas no período matutino (7h30 às 9h) e no vespertino das 17h às 18h 30.

#### 4.1.2 Idade das pessoas entrevistadas

No Parque Flamboyant quase a metade, 47% dos entrevistados, tem uma idade entre 16 e 30 anos, entre 31 a 50 anos corresponde a 33% e com mais de 50 anos a 20%. Esta distribuição percentual indica que há maior freqüência de pessoas jovens no parque.

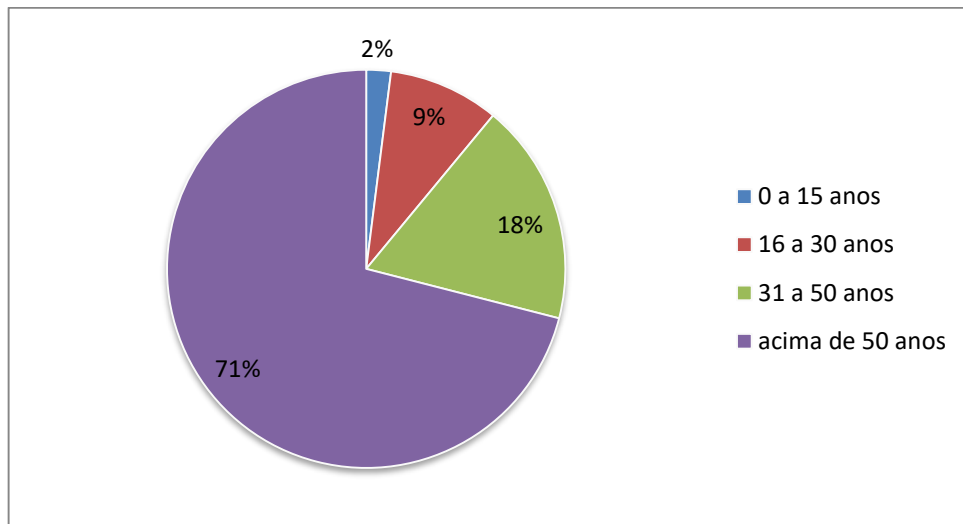


**Gráfico 6:** Idade dos entrevistados – Parque Flamboyant

Fonte: Dados da pesquisa /elaborado pelo autor

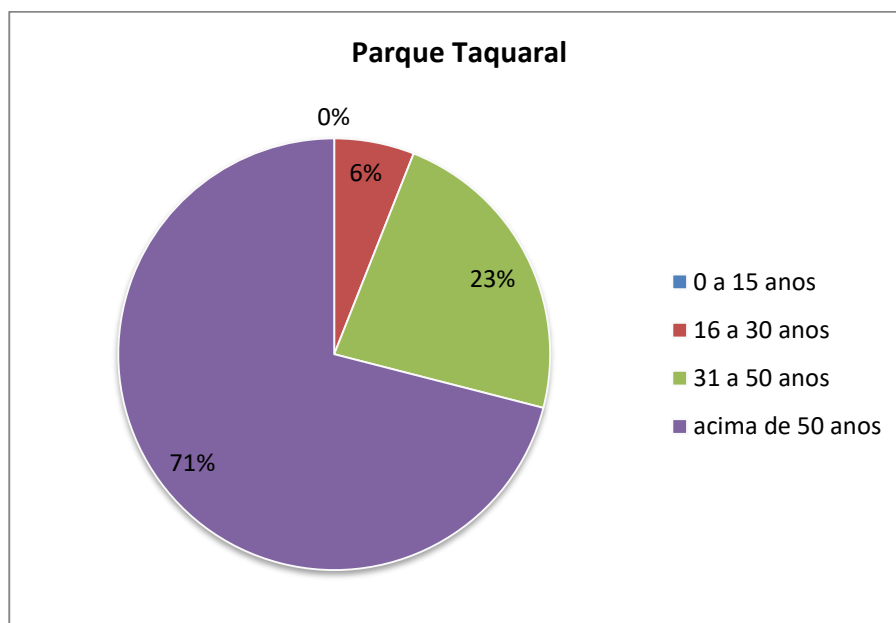
O Bosque dos Buritis, na área interna, tem uma frequência significativa de pessoas acima de 50 anos (81%). Esta realidade está expressa pelas pessoas que buscam o Bosque para as atividades promovidas pelo Centro Livre de Artes (CLA) (alongamentos, exercícios). O Bosque possui esta especificidade de oferecer atividades culturais e exercícios voltados para a reflexão o que motiva a frequência de pessoas acima de 50 anos. Há também um número significativo de mães que procuram o bosque para atividades de lazer com seus filhos.

Os cursos do Centro Livre de Artes movimentam um grande número de jovens, que, no entanto, ficam nas áreas restritas ao prédio e utilizam o Bosque apenas como caminho para o CLA.

**Gráfico 7:** Idade dos entrevistados Bosque dos Buritis

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

O Parque Taquaral apresentou um número significativo de pessoas acima de 50 anos como freqüentadores (71%), o qual se explica por que a maioria das pessoas que residem nas mediações do Parque trabalham e como já foi registrado a distância do trabalho os impede freqüentar o Parque. Também foi registrado que faltam atrativos para as pessoas mais jovens destacando-se as academias ao ar livre que existem nos Parques mais centrais.

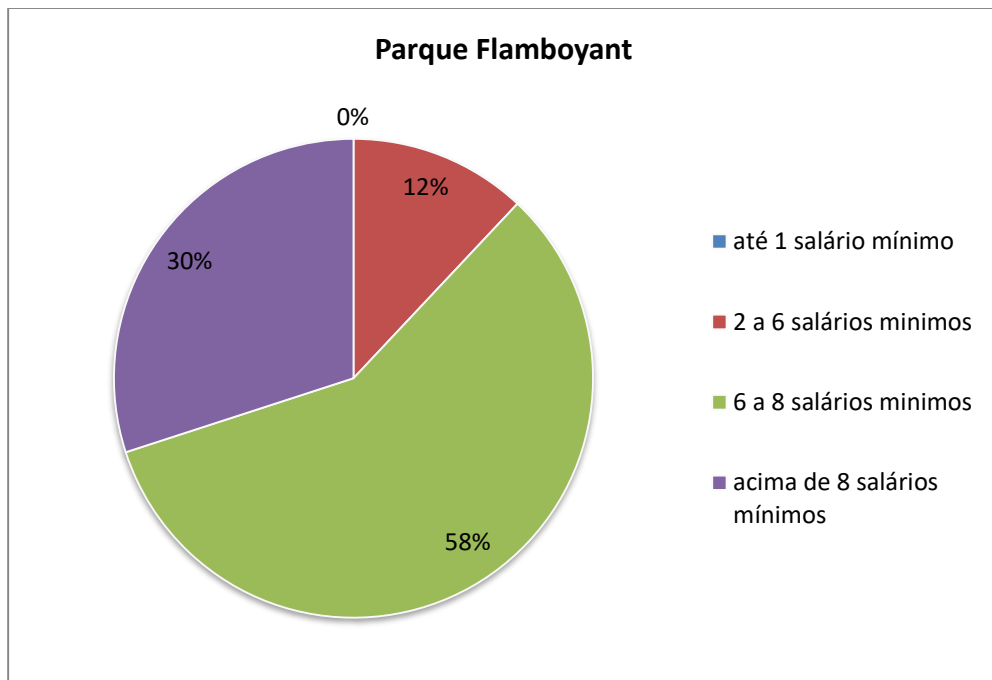
**Gráfico 8:** Idade dos entrevistados Parque Taquaral

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

#### 4.1.3 Renda mensal dos entrevistados

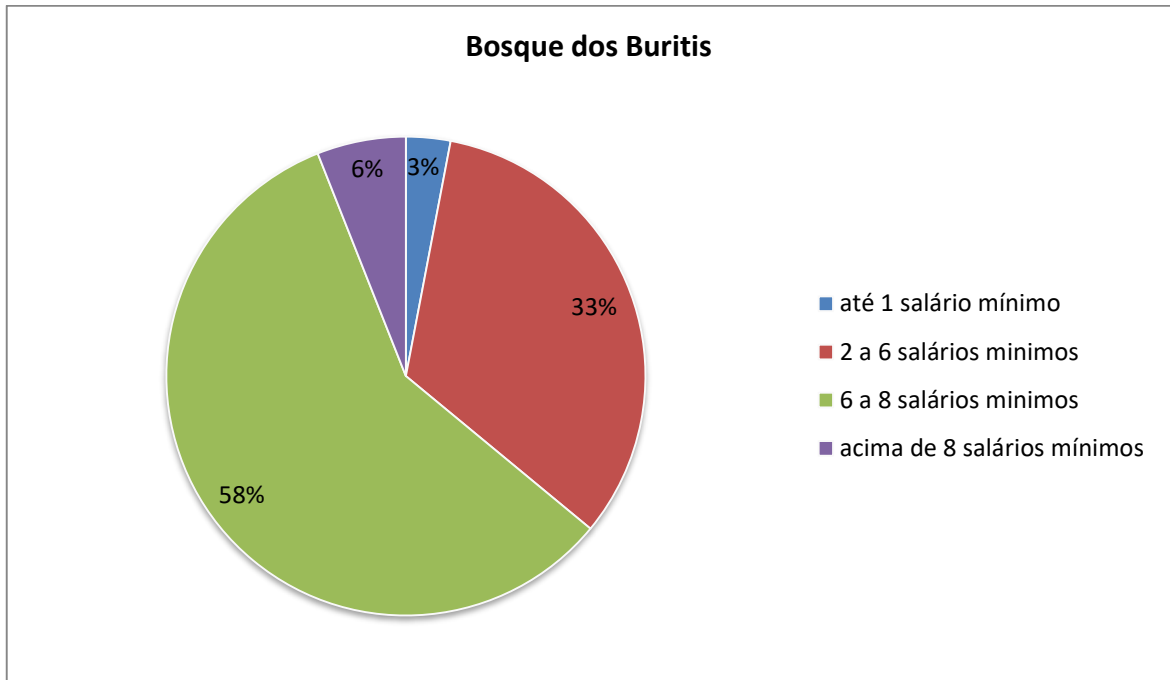
O gráfico 9 indica que a maioria dos frequentadores do Parque Flamboyant possuem renda de 6 a 8 salários mínimos (76%). Em seguida, 16% possuem renda de 2 salários e por fim com mais de 8 salários mínimos encontra-se 8% dos entrevistados.

**Gráfico 9:** Renda mensal dos entrevistados do Parque Flamboyant



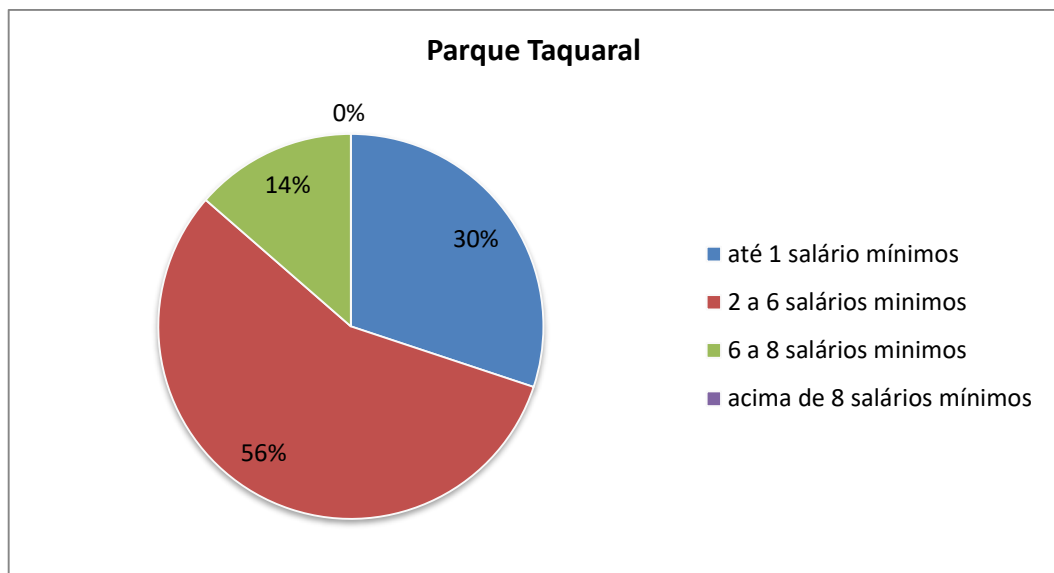
**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

No Bosque dos Buritis também a maioria dos entrevistados possuem renda entre 6 a 8 salários mínimos (58%), 33% recebem de 2 a 6 salários mínimos, 6% acima de 8 salários mínimos e 3% até 1 salário mínimo (Gráfico 10).

**Gráfico 10:** Renda mensal dos entrevistados do Bosque dos Buritis

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Dos entrevistados no Parque Taquaral (Gráfico 11) 56% possuem renda mensal de 2 a 6 salários mínimos, 30% até um salário mínimo e 14% de 6 a 8 salários mínimos. Não houve nenhum entrevistado com renda mensal acima de 8 salários mínimos.

**Gráfico 11 –** Renda mensal dos entrevistados do Parque Taquaral

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Comparando a renda dos usuários dos três parques fica claro que existem grandes diferenças entre os entrevistados no Flamboyant e o Bosque dos Buritis em relação aos do parque Taquaral.

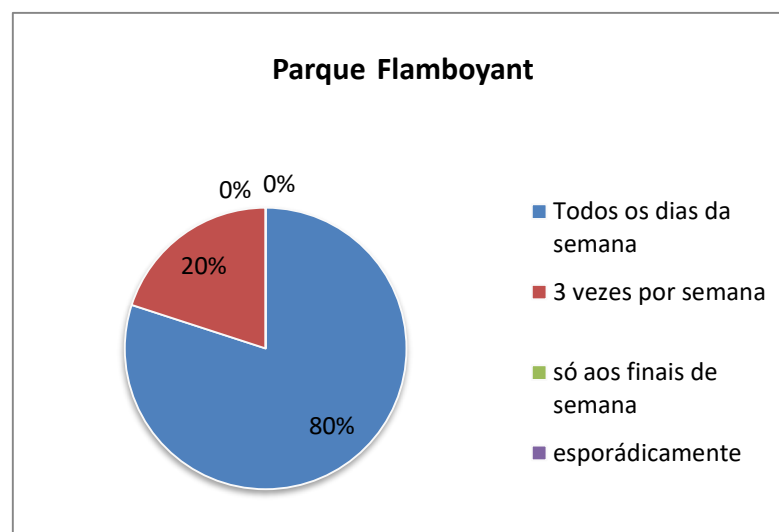
## 4.2 Relação dos visitantes com os parques

Visando perceber a relação que os frequentadores mantêm com os Parques urbanos de Goiânia e o significado destes para os usuários, foram aplicadas duas questões, sendo a primeira com o objetivo de perceber a frequência dos entrevistados ao Parque e a segunda para conhecer em companhia de quem vão aos Parques. Os resultados, por parque, estão expressos nos gráficos 12, 13 e 14.

### 4.2.1 Frequência dos entrevistados aos parques

O Parque Flamboyant possui um número significativo de frequentadores diários (80%) e os demais entrevistados vão ao Parque 3 vezes por semana (Gráfico 12). Este resultado indica que há uma frequência alta das pessoas ao Parque. Esta realidade pode ser notada no momento das entrevistas, pois todas as vezes que foi realizada pesquisa de opinião neste parque havia um grande número de frequentadores realizando atividades físicas ou de lazer.

**Gráfico 12:** Frequência do entrevistado ao Parque Flamboyant

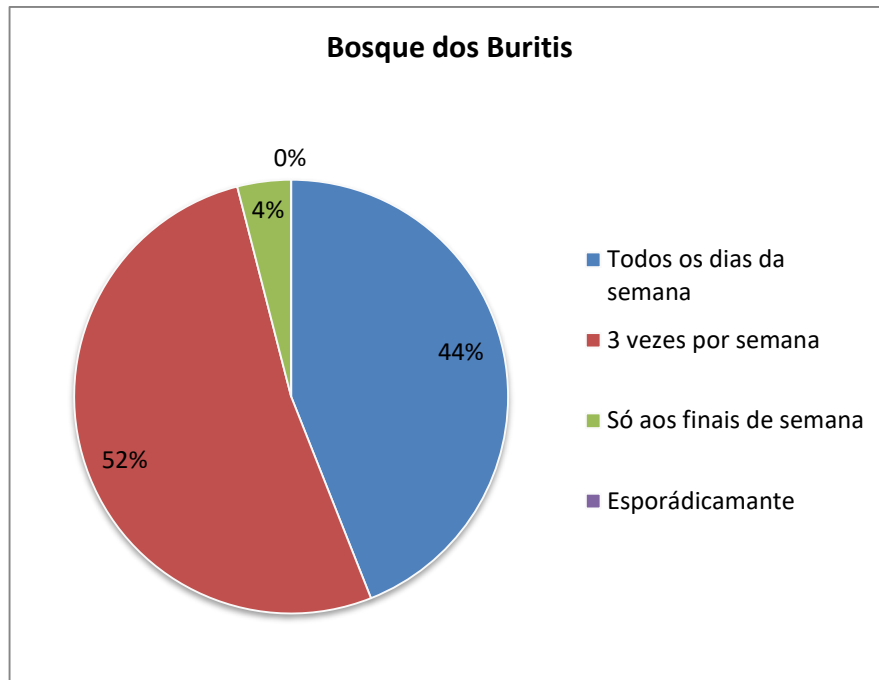


**Fonte:** Dados da pesquisa elaborados pelo autor

A maioria dos entrevistados no Bosque dos Buritis conforme gráfico 13, frequenta o bosque 3 vezes por semana (52%). A frequência de todos os dias da

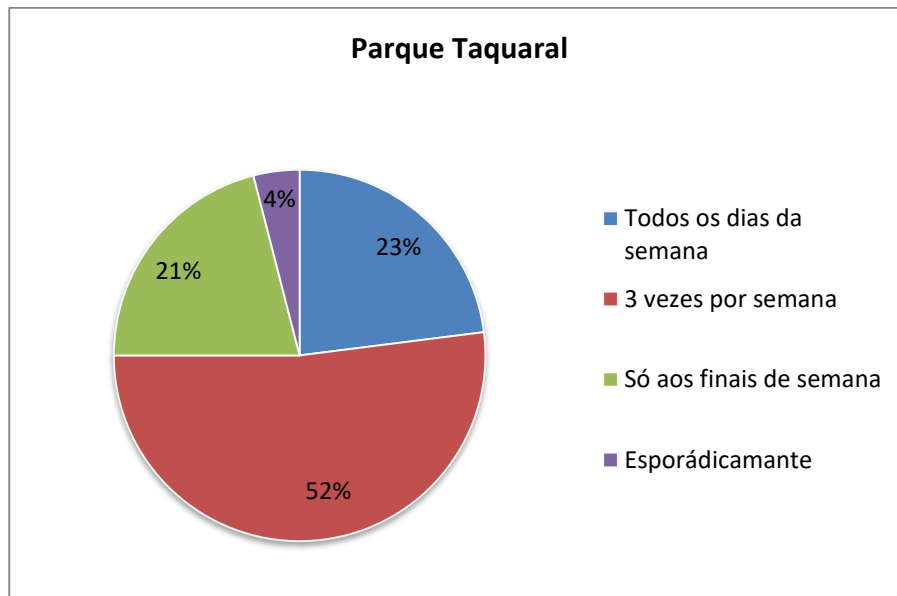
semana também apresenta um significativo número de 44% dos visitantes, sendo somente 4% os visitantes aos finais de semana. Este resultado também evidencia que há um grande número de pessoas que frequentam o parque no decorrer da semana.

**Gráfico 13:** Frequência do entrevistado aos parques – Bosque dos Buritis



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

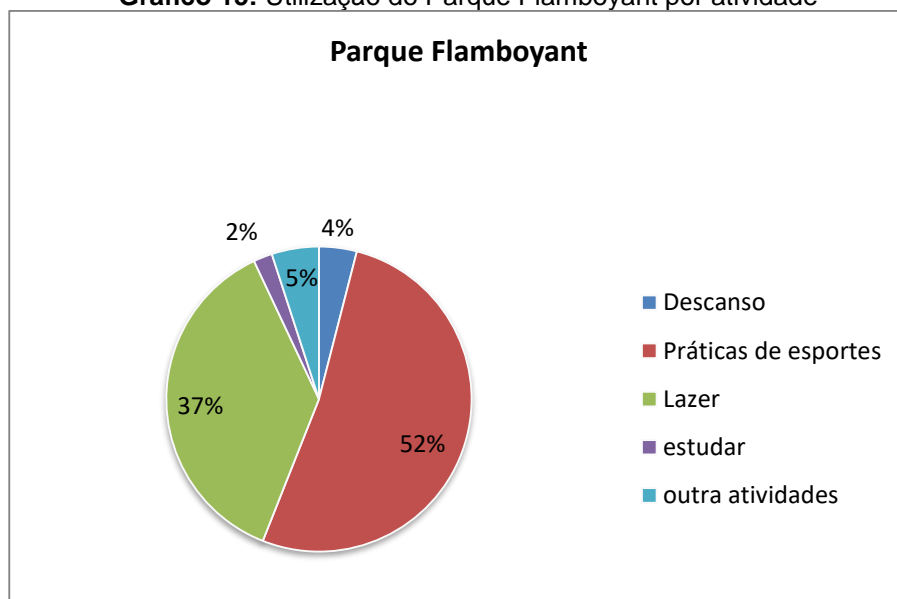
52% dos visitantes do Parque Taquaral visitam o Parque 3 vezes por semana, 23% todos os dias, 21% aos finais de semana e 4% esporadicamente (Gráfico 14). Foi constatado no Parque um índice baixo de visitantes, e, segundo alguns entrevistados este fato ocorre por falta de incentivo, manutenção, iluminação, infraestrutura e segurança.

**Gráfico 14:** Frequência do entrevistado ao parque – Parque Taquaral

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

#### 4.2.2 Utilização do parque por atividade

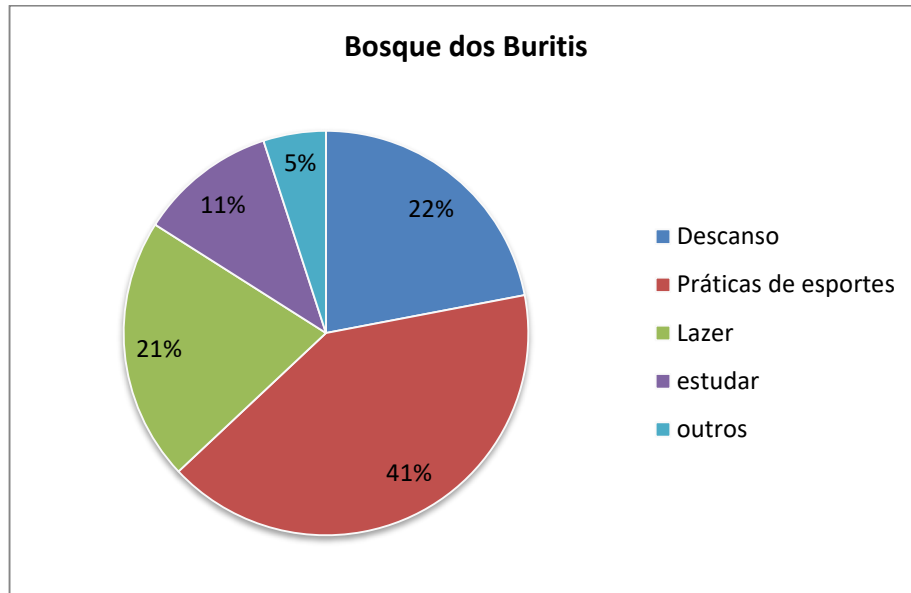
55% dos visitantes do Parque Flamboyant frequentam o parque para desenvolver atividades físicas e 39% para lazer (Gráfico 15).

**Gráfico 15:** Utilização do Parque Flamboyant por atividade

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Os visitantes do Bosque dos Buritis em sua maioria o freqüentam para prática de esportes (41%), para descanso 22%, lazer 21%, estudar 11% e 5% outras atividades (Gráfico 16).

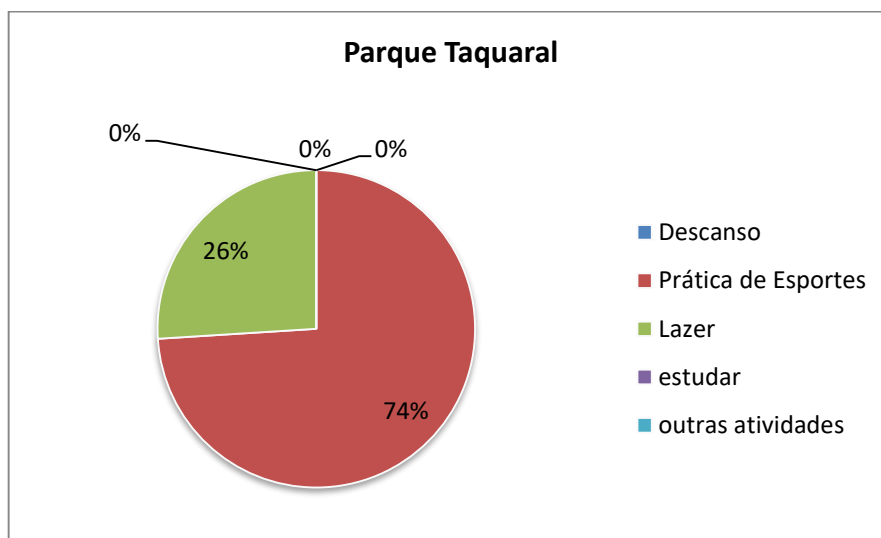
**Gráfico 16:** Utilização do Bosque dos Buritis por atividade



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

O Parque Taquaral é freqüentado por 74% de seus usuários para prática de esportes e 26% para lazer (Gráfico 17).

**Gráfico 17:** Utilização do Parque Taquaral por atividade



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

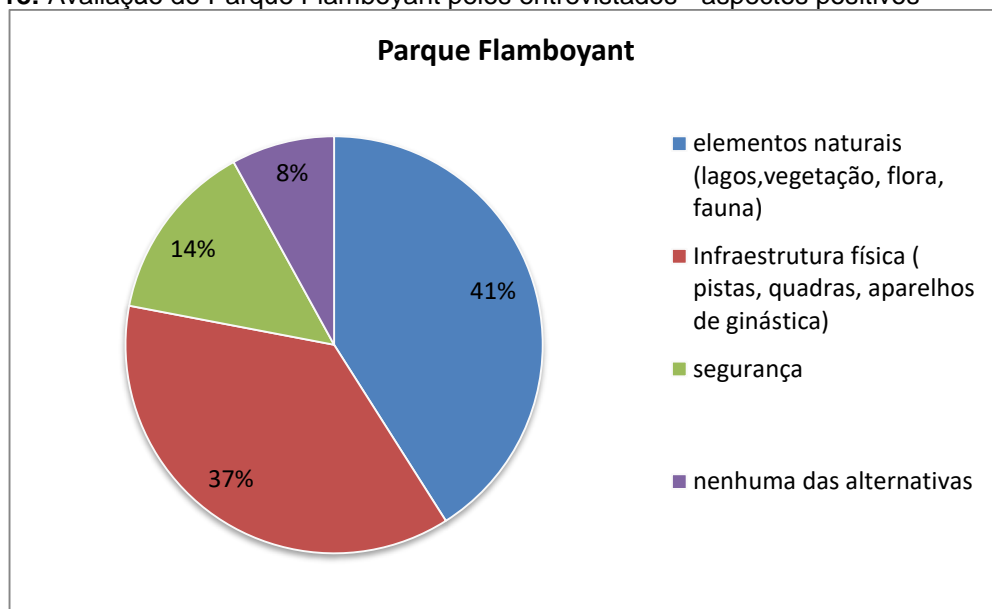


### 4.3 Avaliação do parques urbanos Flamboyant, Buritis e Taquaral pelos entrevistados – grau de satisfação

Com o objetivo de conhecer o grau de satisfação dos usuários dos três parques com relação à implantação destas áreas urbanas foram aplicadas questões que permitiram avaliar a percepção dos visitantes quanto aos aspectos positivos e negativos das instalações e serviços. Foi consultado o que precisa ser melhorado.

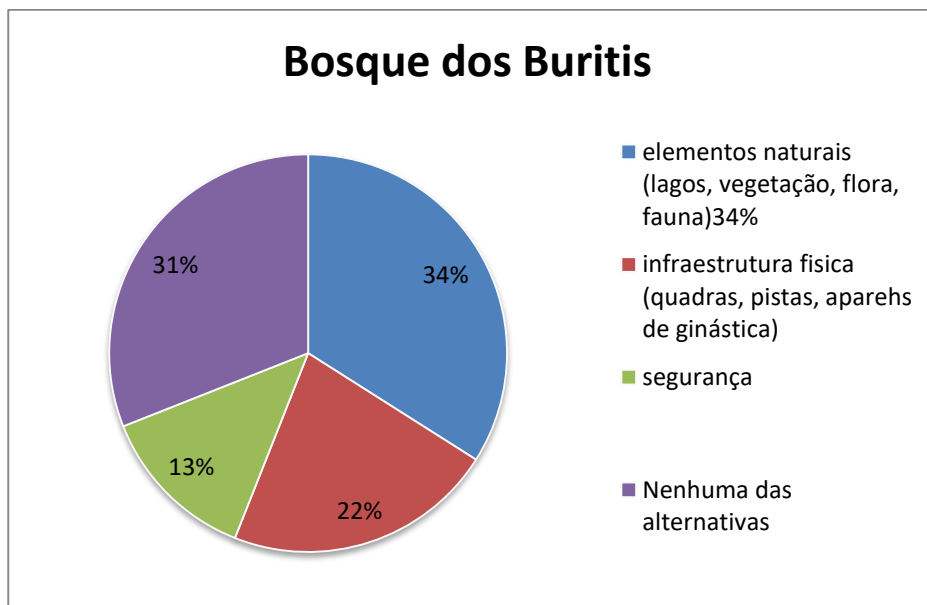
Os visitantes do Parque Flamboyant, conforme gráfico 18, manifestaram um excelente grau de satisfação com as instalações, destacando-se 47% dos entrevistados com relação aos aspectos naturais e 37% com a infraestrutura física. Em menor grau, 14% citaram a segurança e 8% outros itens de satisfação.

**Gráfico 18:** Avaliação do Parque Flamboyant pelos entrevistados - aspectos positivos



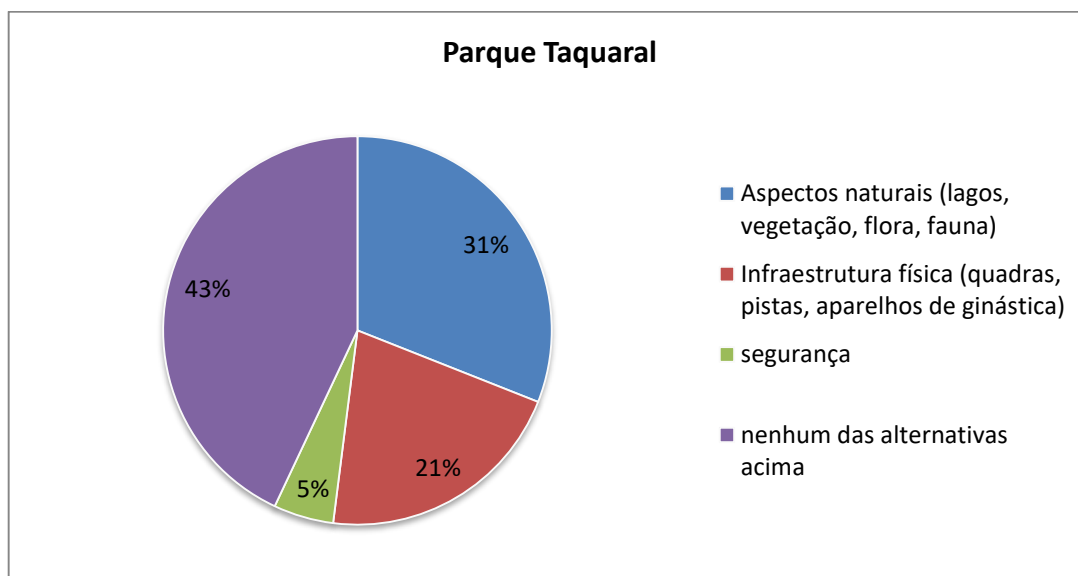
**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

O Bosque dos Buritis também foi avaliado com excelente grau de satisfação de seus visitantes, sendo 35% com os aspectos naturais, 22% com a infraestrutura física, 13% com a segurança e 31% expressaram outras variáveis de satisfação (Gráfico 19).

**Gráfico 19:** Avaliação do Bosque dos Buritis pelos entrevistados - aspectos positivos

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

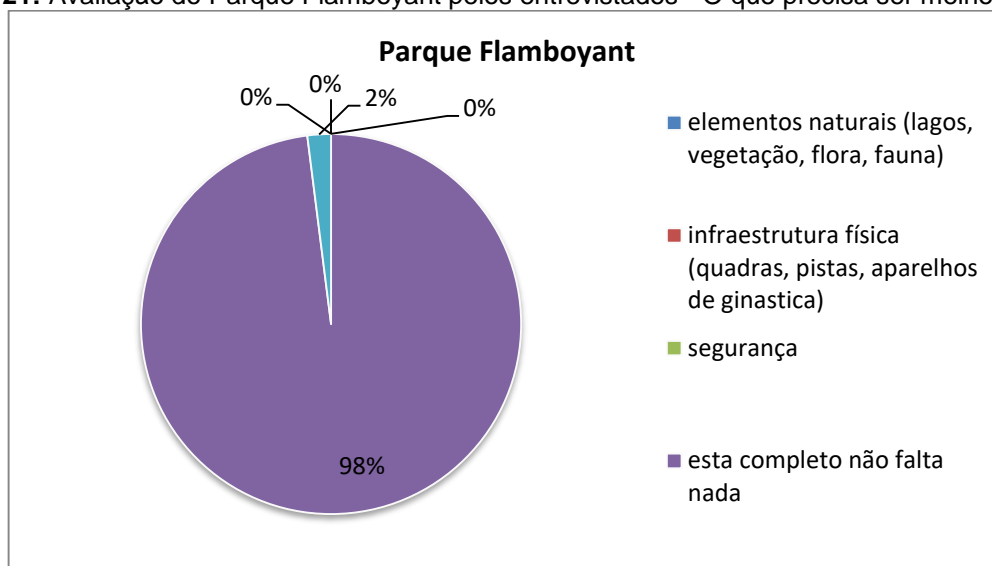
No Parque Taquaral, (conforme gráfico 20) o grau de satisfação de seus visitantes não é o mesmo dos Parques Flamboyant e do Bosque dos Buritis já analisados. Há inúmeras reivindicações na conservação dos aspectos naturais, na manutenção do parque, na infraestrutura e na segurança, dentre outros. A satisfação com a segurança obteve um índice muito baixo, apenas 5% dos entrevistados citaram esta condição como satisfatória, o qual implica num risco que inibe a visitação e uma situação estressante e incômoda para os visitantes.

**Gráfico 20:** Avaliação do Parque Taquaral pelos entrevistados - aspectos positivos

**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Os visitantes do Parque Flamboyant manifestaram excelente grau de satisfação, expresso no gráfico 21, uma vez que 98% afirmam que não falta nada e que o Parque esta completo. Os outros 2% afirmaram a necessidade de mais lagos. Com relação á infraestrutura todos os entrevistados afirmaram que estão satisfeitos. A segurança foi inclusive elogiada por um grande número de entrevistados.

**Gráfico 21:** Avaliação do Parque Flamboyant pelos entrevistados - O que precisa ser melhorado

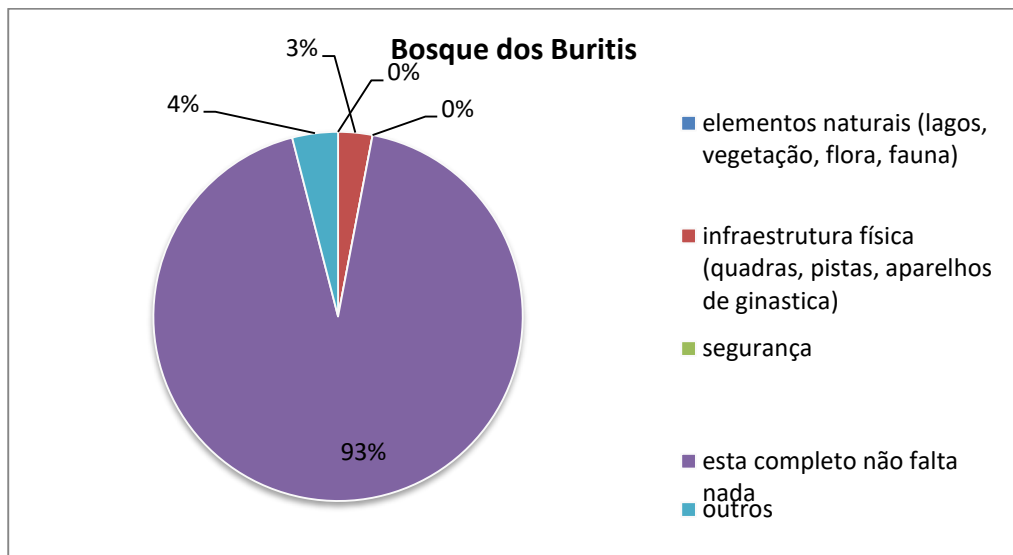


**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

O Bosque dos Buritis, assim como o Parque Flamboyant, foi avaliado com um alto índice de satisfação dos visitantes, conforme gráfico 22. Dos entrevistados 93% afirmaram que o Bosque está completo e não falta nada. Com relação á infraestrutura física, 3% dos entrevistados afirmaram que faltam parques infantis. A segurança foi elogiada. Afirmaram que houve uma época que não havia a segurança necessária, mas que atualmente o Bosque oferece conforto e segurança para os visitantes.

Percebeu-se no decorrer das entrevistas que há uma relação de orgulho dos moradores da região (Setor Oeste) que freqüentam o Bosque. Destacam a história do Bosque, o tempo de existência e a tradição como diferenciais.

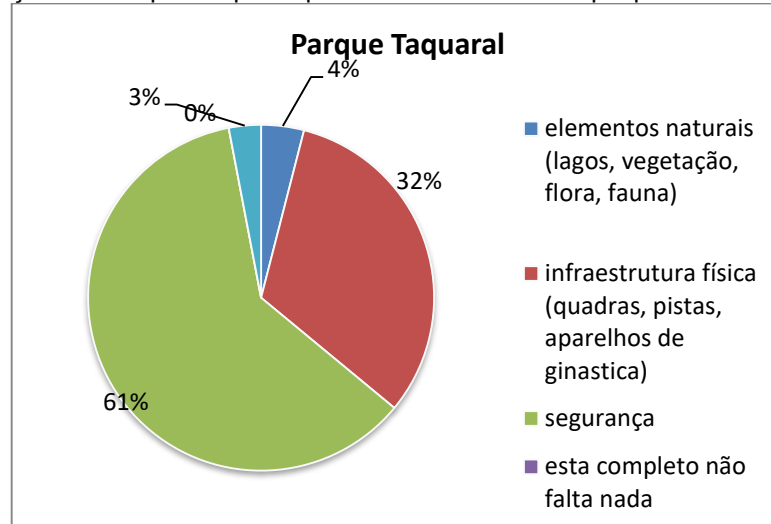
**Gráfico 22:** Avaliação do Bosque dos Buritis pelos entrevistados - o que precisa ser melhorado



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Os visitantes do parque Taquaral que foram entrevistados apresentaram inúmeras reivindicações. Destaca-se a falta de segurança com um índice de 61%. Segundo os frequentadores a segurança deveria ter maior atenção, uma vez que o parque tem-se tornado espaço para encontro de usuários e até traficantes de drogas. Afirmam que a instalação da iluminação e a melhoria da segurança contribuiria para uma maior visitação e frequência de visitantes na noite e no dia.

Houve reclamações sobre a infraestrutura física, afirmaram que há necessidade de colocar academias ao ar livre e assim tornar o parque mais atrativo para os moradores da região. Afirmaram que a Prefeitura deveria dar maior atenção ao Parque, realizar eventos culturais e educacionais que permitissem maior participação dos jovens. Nenhum entrevistado afirmou que o Parque está completo e não falta nada. Todos apresentaram alguma crítica às instalações, inclusive afirmando que moradores da região procuram parques melhores aos finais de semana.

**Gráfico 23:** Avaliação do Parque Taquaral pelos entrevistados - o que precisa ser melhorado

Fonte: Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

#### 4.4 Proposta de um parque urbano ideal segundo o olhar dos visitantes

A percepção dos visitantes, o grau de satisfação com os Parques urbanos que freqüentam bem como as críticas e as reivindicações são elementos norteadores da idéia de um Parque urbano Ideal formulado por todos os entrevistados das três classes sociais.

Há uma troca incessante na relação população Parques urbanos, construída ao nível do imaginário, entre as idealizações subjetivas e assimiladoras e a realidade objetiva que emanam do meio social, das regiões centrais ou periféricas e que vão de um espaço a outro revelando as dinâmicas sociais e ambientais, muitas vezes marcadas pelas diversas aspirações das diferentes classes sociais.

O que esperam de um Parque urbano as pessoas da periferia? As de regiões centrais, tradicionais? E as de bairros nobres, em processo de desenvolvimento?

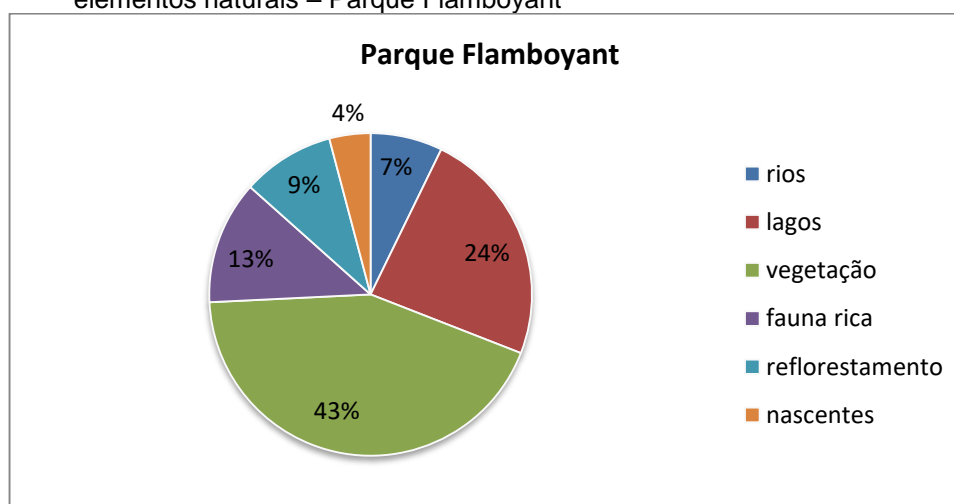
São anseios diferentes, são olhares diferentes. E, são estes anseios, este olhar que o presente trabalho procurou captar no imaginário dos entrevistados: **O que deve possuir um parque urbano para se tornar completo ou Ideal ?** Esta questão colocou-se de forma inquietadora para os entrevistados dos 3 parques urbanos de Goiânia e as respostas expressaram o imaginário dos mesmos na relação dos homens com a natureza, com a cidade, e sobretudo, com o bairro no qual residem.

Perceberam-se diferentes formas de interpretação e de relação com a realidade e o imaginário social.

A relação com o bairro que residem, expressa a relação direta com a cidade e com os Parques urbanos. Para grande número dos entrevistados do Parque Flamboyant a concepção do parque ideal, é o Parque Flamboyant, com lagos, fauna e flora rica, espaços para lazer, para atividades físicas, encontros com amigos, tudo bem cuidado e com segurança (gráfico 24).

O verde, a vegetação foi o aspecto de maior relevância na concepção de um parque urbano completo dos entrevistados. Em seguida, vem os lagos, a fauna, o reflorestamento, os rios e as nascentes. Todos esses aspectos estão presentes no Parque Flamboyant.

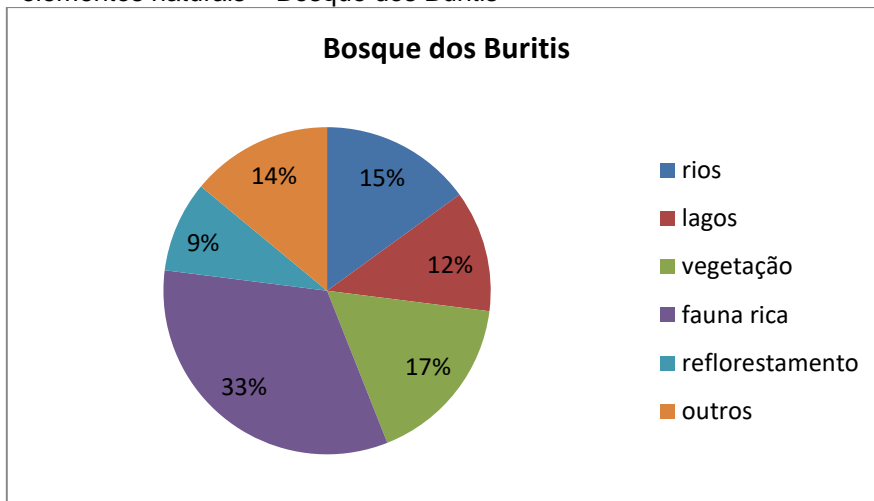
**Gráfico 24** - O que deve possuir um parques urbanos para ser considerado ideal pela população – elementos naturais – Parque Flamboyant



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Para 30% dos entrevistados no Bosque dos Buritis o elemento essencial com relação ao aspecto natureza em um Parque urbano ideal é uma fauna rica. Posteriormente, foi considerada a vegetação com 16%, rios 14%, lagos 11% e reflorestamento 8%. Outros elementos que não estão citados obtiveram 21%. Também neste caso a fauna é um dos elementos mais marcantes do Parque dos Buritis o qual poderia explicar a preferência dos visitantes por este parque.

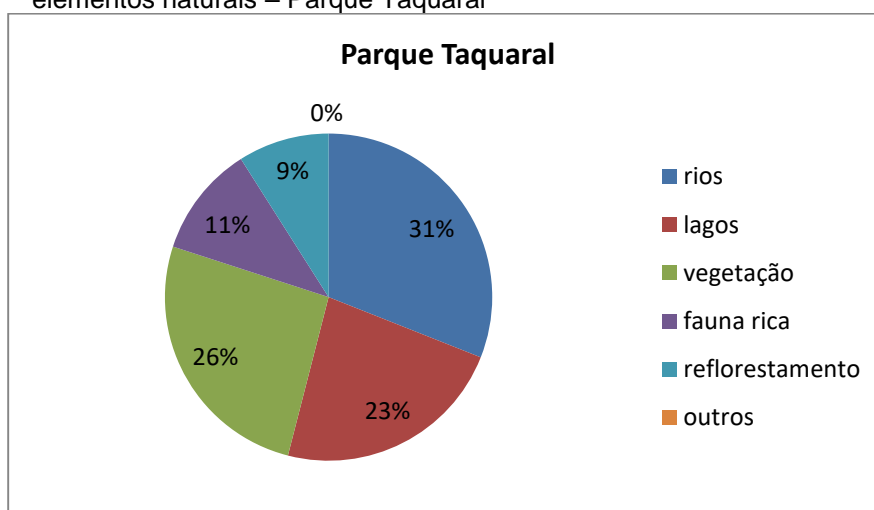
**Gráfico 25:** O que deve possuir um parque urbano para ser considerado ideal para a população – elementos naturais – Bosque dos Buritis



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Para os entrevistados do Parque Taquaral (Gráfico 26) o elemento da natureza mais importante para um Parque Ideal são os rios 31%, seguido pela vegetação 26%. Também neste caso os entrevistados mencionam como os elementos ideais de um parque os rios e vegetação, os quais são exatamente os aspectos mais marcantes ou relevantes do Parque Taquaral. Isso demonstra que o referencial imaginário da população está muito atrelado as suas vivencias imediatas com os parques que frequentam.

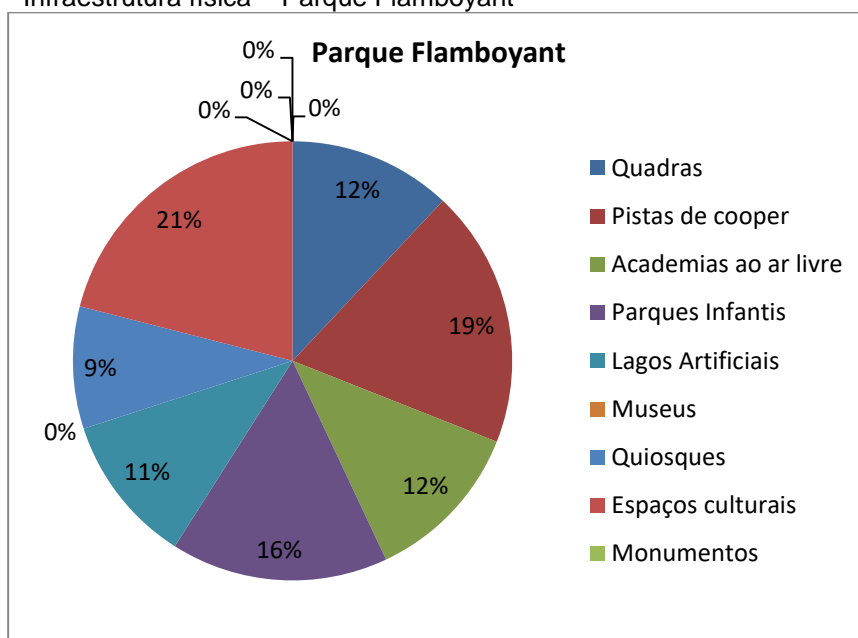
**Gráfico 26:** O que deve possuir um parque urbano para ser considerado Ideal pela a população – elementos naturais – Parque Taquaral



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Segundo a opinião dos entrevistados do Parque Flamboyant (Gráfico 27) os elementos constitutivos principais de um Parque urbano ideal são os seguintes: para 21% são as pistas de cooper, para 19% os espaços culturais, 16% os parques infantis, 12% as academias e quadras ao ar livre, 11% os quiosques e 9% os lagos artificiais. Os monumentos e museus não foram mencionados.

**Gráfico 27:** O que deve possuir um parque urbano para ser considerado ideal pela a população – Infraestrutura física – Parque Flamboyant

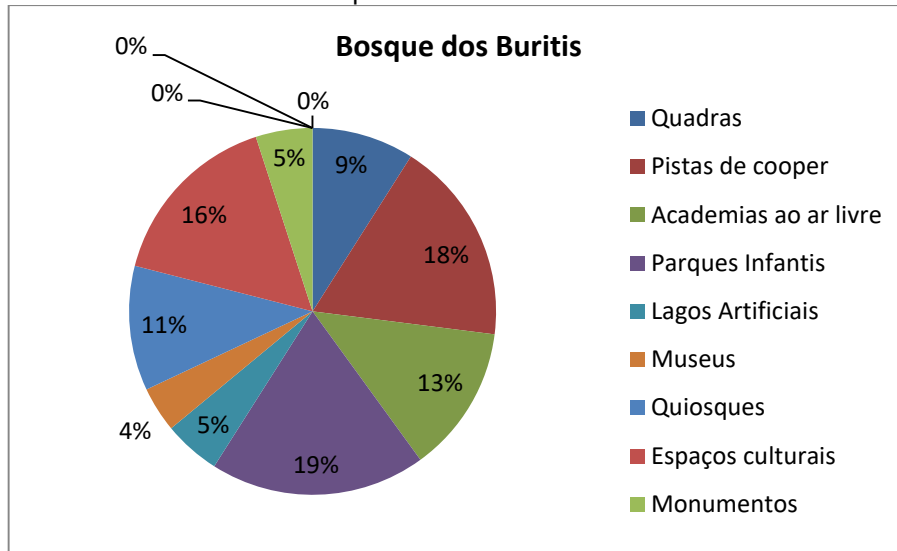


**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Ao ser entrevistados sobre o que deve conter um parque urbano ideal os frequentadores do Bosque dos Buritis assinalaram em um percentual maior de 19% os Parques Infantis, em seguida 18% a pista de Cooper, 16% espaços culturais, 11% quiosques, 9% quadras, 5% academias ao ar livre e lagos artificiais e 4% para museus.



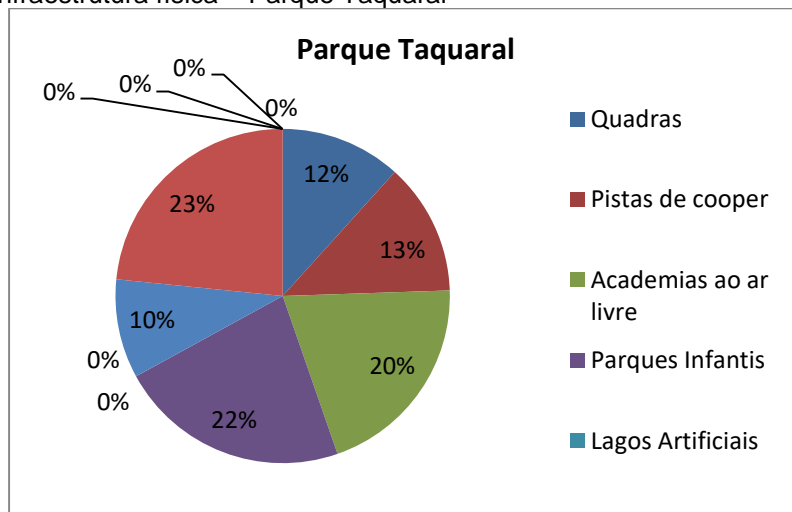
**Gráfico 28** - O que deve possuir um parque urbano para ser considerado ideal pela população – Infraestrutura física Bosque dos Buritis



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

Para os entrevistados do parque Taquaral o parque Ideal deveria ser composto de: 23% pista de cooper, 22% parques infantis, 20% de academias ao ar livre, 13% de espaços culturais, 12% de lagos artificiais e 10 de quiosques. Os monumentos e museus não apareceram.

**Gráfico 29:** O que deve possuir um parque urbano para ser considerado ideal pela população – Infraestrutura física – Parque Taquaral



**Fonte:** Dados da pesquisa/elaborado pelo autor

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permite fazer algumas considerações finais sobre o significado e o papel sócio-ambiental dos parques urbanos segundo a bibliografia documental revisada, os princípios emanados das conferências internacionais e dos documentos oficiais do Brasil que orientam os princípios e as políticas públicas sobre meio ambiente em geral e os parques em particular. Igualmente e com base nas pesquisas sobre os três parques estudados em Goiânia e a opinião dos usuários entrevistados se realizam a seguir algumas conclusões e sugestões.

- Existe absoluto consenso nos documentos e relatórios oficiais de conferências e de organizações internacionais de que os parques urbanos são elementos fundamentais para a preservação e a melhoria das condições sócio-ambientais nas cidades.
- As recomendações e normas atuais estão orientadas para que os governos nacionais e locais promovam a preservação das áreas verdes existentes e a criação de outras novas com o fim de melhorar as condições ambientais urbanas e se possibilite o relacionamento entre os cidadãos a través desses espaços públicos.
- A bibliografia consultada mostra que os parques cumprem um papel fundamental na qualidade ambiental das cidades, facilitam a convivência entre os cidadãos muitas vezes de diferentes classes sociais, contribuem para as práticas de esporte e de lazer e constituem um meio para a educação ambiental de crianças e adultos e para atenuar o estresse ocasionado pelas dificuldades da vida nas grandes cidades.
- No caso de Goiânia é claro que desde o seu projeto original para a sua fundação houve uma preocupação explícita e deliberada de construir grandes espaços verdes e parques urbanos conservando áreas de valor ecológico e paisagístico. A maior parte dos parques da cidade foi construída para preservar nascentes e ecossistemas de importância ecológica e paisagística.
- Os governos locais têm mantido essa tradição e na atualidade se transmite a idéia oficial de Goiânia como a cidade que dispõe do maior número de metros quadrados de área verde por habitante do Brasil. Esse meritório título deve ser mantido e consolidado, porque é a única maneira de atenuar o crescimento

urbano vertical da cidade, que vem acontecendo precisamente ao redor dos parques urbanos, como espaços de valorização dos investimentos imobiliários.

- Na pesquisa foi constatado que os usuários dos parques têm consciência da importância destes espaços urbanos para manter uma adequada condição material e espiritual das suas vidas. Adicionalmente foi verificado que os frequentadores dos parques têm diversas preferências e aptidões para a realização de atividades esportivas e de lazer diferentes, o qual converte estes espaços públicos como instrumentos fundamentais do exercício democrático de cidadania e da convivência cidadã.
- O estudo também demonstrou que os usuários entrevistados nos três parques e localizados em três bairros de estratos sociais diferentes, tem percepções e reivindicações distintas com relação a estes espaços urbanos. De fato, os usuários dos parques Flamboyant e do Bosque dos Buritis expressam a sua satisfação com a infraestrutura, equipamentos e tranquilidade para usar suas instalações, entretanto os usuários do parque Taquaral, localizado na periferia de Goiânia, sentem medo e frustração de não poder utilizar este espaço pela insegurança ou porque acham insuficientes os equipamentos e as atividades de lazer e culturais que oferece o parque.
- Finalmente se pode concluir, que efetivamente os parques urbanos são instrumentos fundamentais para a convivência cidadã e para a prática do esporte e do lazer, e nessa perspectiva devem ser preservados, consolidados e criados novos. Igualmente são espaços que demonstram a estrutura social da cidade e que precisamente nos bairros onde se padece a violência, a insegurança e a insatisfação das necessidades básicas, é onde deveria ser prioritária uma política de consolidação dos parques existentes e da criação de outros. Desta maneira se consegue fortalecer as atividades esportivas e de lazer, bem como a educação para convivência entre os habitantes dessas áreas e, assim, mitigar a violência e as necessidades sociais.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AGENDA 21 GOIÂNIA.** Goiânia: Talento Gráfica e Editora, 2004.

ALBUQUERQUE, Mariana Z. Alves. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana:** memórias, rugosidades e metamorfoses, estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife – Brasil e do Tiergarten, Berlim – Alemanha. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2006. Disponível em: <<http://www.btdt.ufpe.br/tedeSimpli>>. Acesso em: 30 de setembro 2011.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na Constituição de 1988.** São Paulo: Atlas, 1991.

AMMA - Agência MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE GOIÂNIA. **Relatório do plano diretor de arborização urbana de Goiânia,** 2008.

\_\_\_\_\_. **Parques e Bosques.** Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br>> Acesso em 5 de março de 2011.

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União.**

\_\_\_\_\_. Constituição Federal (1988). Senado Federal. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei n 58 de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Revista de Cultura Política,** n.31, p.157. 1988

CARMO, Roberto Luiz do. **O conceito de Qualidade de vida: uma primeira abordagem.** Campinas: UNICAMP/IFCH, 1993.

CARVALHO, P. F. **Por uma ação social integrada para a gestão ambiental.** In: BRAGA, Roberto (Org.). *Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias.* Rio Claro: UNESP. 2007

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE- CONAMA. **Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental. Brasília, Diário Oficial da União.

CORREA. Edwiges Conceição Carvalho. **Gestão Compartilhada: A experiência do Conselho Municipal do Meio ambiente de Goiânia.** Dissertação de Mestrado, UFG, 2008

EMBRAPA. [www.cnpta.embrapaba.br/](http://www.cnpta.embrapaba.br/). Acesso em 27.07.2011.

FEIBER, Simara Dias. **Áreas Verdes Urbanas Imagem e Uso – o caso do passeio público de Curitiba** – PR. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p.79-85, 2004. Editora UFPR. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPD/3385/2714>> . Acesso em 17 de AGOSTO de 2011.

FREY, K. (2000): **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Disponível em: [wiki.cibera.de/index.php](http://wiki.cibera.de/index.php). Acesso: 18 fev 2011.

GARCIA, S. Sustentabilidade Ambiental Universidade Nacional de Buenos Aires, Parques urbanos Monte Cálvario, Faculdade de Ciências Humanas, 2005. Disponível em [http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/Priscila\\_Telles.pdf](http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/Priscila_Telles.pdf).

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1995.

GOIÂNIA (Município). **Lei Complementar nº. 171**, de 29 de maio de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências. Lex: legislação municipal, Goiânia, 93p.

GOIÂNIA (Município) **Regimento Interno da AMMA**. Diário Oficial do Município de nº 4.321 de 10/03/2008,

GUIMARÃES, Cláudia Gomide. **Parques urbanos – sua influência no planejamento e desenvolvimento da cidade**. Dissertação de Mestrado, PUC – Goiás, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC**. IBGE.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC**. IBGE.

IZAÚ, Vitória Régia. **O olhar dos jovens de periferia sobre a qualidade de vida e meio ambiente: um estudo em Belo Horizonte**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2004.

KLIASS, Rosa G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo, Pini Editora, 1993.

LIMA, Atílio C. **Goiânia: a nova capital de Goiás**. Arquitetura e Urbanismo, mar/abr, 1937.

LUCHIARI, M. T. P. A (re) **significação da paisagem no período contemporâneo**. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 9-29.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2ª. Ed., São Paulo, EDUSP, 2003.

MARTINS JÚNIOR, O. P. **Uma cidade ecologicamente correta**. Goiânia: AB, 1996.

MELAZO, Guilherme Coelho. **MAPEAMENTO DA COBERTURA ARBÓREO-ARBUSTIVA EM QUATRO BAIROS DA CIDADE DE UBERLÂNDIA – MG**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Engenharia Civil, 2008.

MENDONÇA, Alzino Furtado, ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro e NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos Acadêmicos – Planejamento, execução e avaliação**. Faculdade Alves Faria, Goiânia, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra : A paisagem como fato cultural – in : Turismo e Paisagem – São Paulo : Contexto, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MYANAKI, Jacqueline. **A paisagem no ensino de Geografia: uma estratégia didática a partir da arte**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>. Acesso em: 17 de agosto de 2011.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima e SILVA, Clarinda Aparecida da. **Paisagem e meio ambiente: as imagens construídas os frequentadores dos parques urbanos de goiania (go) a partir do que é transmitido pela mídia local**. Disponível em <http://www.educonufs.com.br/IVcoloquio/cdcoloquio>

OLIVEIRA, Priscilla Teles S.B. **Sistema de indicadores ambientais: um modelo para monitoramento de Parques urbanos**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2007.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Programa de Desenvolvimento Sustentável/Padrões de produção e consumo**. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/conprod.htm>>. Acesso em: 15 set 2009.

PAIVA, José Eustáquio Machado de. **Mapeando a qualidade de vida em Minas Gerais, utilizando dados de 1991 a 2000**. 2003. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de geociências e ciências exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo.

PERES, MARIA DE LOURDES CORSINO. **Imaginário, paisagens e urbanização em Goiânia: os parques Vaca Brava e Flamboyant**. Dissertação de Mestrado, PUC – Goiás, 2009.

PETENUSCI, M. C. (2003). **Introdução ao planejamento urbano**. (Apresentação de trabalho/congresso).

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA. **Plano de Manejo Parque Flambouyant**. Goiânia, 2007.

\_\_\_\_\_. Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA. **Plano de Manejo Bosque dos Buritis**. Goiânia, 2005.

\_\_\_\_\_. Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA. **Plano de Manejo Parque Taquaral**. Goiânia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Planejamento - SEPLAM/DPSE**, 2003.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 18 de dezembro de 1950.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 158, de 24 de janeiro de 2000. Diário Oficial do Município nº 2.466, de 31 de janeiro de 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 2005, de 25 de julho de 1995. Diário Oficial n.º1468,

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo, Contexto, 2001.

RUA, Maria das Graças. **A avaliação no ciclo de gestão pública**. Disponível em: [www.sepl.pr.gov.br/arquivos/file/analise\\_resultados/avalciclogestpubl](http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/file/analise_resultados/avalciclogestpubl)  
Acesso em: 10 fev 2011.

SALHEB, Gleidson José Monteiro et alli. Políticas Públicas e Meio Ambiente. 2010. Disponível <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Md8jlzoPyNgJ:periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SCHARF, R. **Manual dos negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos em Sustentabilidade, 2004.

SCIFONI, S. **O Verde do ABC: reflexões sobre a questão ambiental urbana**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. 1994

SILVA, Clarinda Aparecida da; ALMEIDA, Maria Geralda de. GOIÂNIA(S): Uma discussão sobre representações sociais e identidades conferidas à capital goiana, *Ateliê Geográfico*, v. 4, n. 10, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view>.

VAZ, L. F. - **Classificação genética dos solos e dos horizontes de alteração de rochas em regiões tropicais**. In: Rev. Solos e Rochas, v.19, n. 2, p. 117-136, ABMS/ABGE, São Paulo, SP, 1996

FACULDADE ALVES FARIA  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**PARQUES URBANOS EM GOIÂNIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA O MEIO AMBIENTE**



## **ANEXO 1**

### **Questionário 1**

#### **Parques urbanos de Goiânia – preservação ambiental e à qualidade de vida**

Questão 1 - Os Parques urbanos contribuem para a preservação ambiental e para a qualidade de vida?

Questão 2 - O que é qualidade de vida?

## Questionário 2

### Aspectos sócio-econômicos dos visitantes

Questão 1 – Sexo

masculino

feminino

Questão 2- Idade

até 15 anos

de 16 a 30 anos

de 31 a 50 anos

+ de 50 anos

Questão 3 – Renda mensal

até 1 SMR

2 a 6 SMR

de 6 a 8 SMR

+ de 8 SMR

**Questionário 3**  
**Relação dos visitantes com os parques**

Questão 1 - Frequencia dos entrevistados aos parques

- Todos os dias da semana
- 3 vezes por semana
- só aos finais de semana
- esporádicamente

Questão 2 – Utilização do Parque Por atividade

- descanso  prática de esportes  lazer  estudar  outras atividades

Questão 3 - Grau de satisfação com o Parque- Aspectos Positivos

- elementos naturais (lagos, vegetação, flora, fauna)
- infraestrutura física (pistas, quadras, aparelhos de ginástica)
- segurança
- nenhuma das alternativas

Questão 4 - Grau de satisfação com o Parque- o que precisa ser melhorado

- elementos naturais (lagos, vegetação, flora, fauna)
- infraestrutura física (pistas, quadras, aparelhos de ginástica)
- segurança
- esta completo não falta nada

Questão 5 - O que deve possuir um parques urbanos para ser considerado ideal pela população – elementos naturais

- rios
- lagos
- vegetação
- fauna rica
- reflorestamento
- nascentes

Questão 6 - O que deve possuir um parques urbanos para ser considerado ideal pela a população – Infraestrutura física

- quadras
- pistas de Cooper
- academias ao ar livre
- Parques infantis
- lagos
- museus
- Quiosques
- espaços culturais
- monumentos

